



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MILENY ALVES BEZERRA

**“PAPAGAIO VÉIO NÃO APRENDE A FALAR” - A EXPERIÊNCIA
DA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO NO
MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA**

MARABÁ- PA
2019

MILENY ALVES BEZERRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus de Marabá, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lizandra Guedes Baptista
Coorientadora: Prof^ª. Msc. Ailce Margarida Negreiros
Alves

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tuarizinho da Unifesspa

Bezerra, Mileny Alves

“Papagaio véio/ não aprende a falar”: a experiência da Jornada de Alfabetização do Maranhão no município de Santa Filomena do Maranhão / Mileny Alves Bezerra ; orientadora, Lizandra Guedes Baptista ; coorientadora, Ailce Margarida Negreiros Alves. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2019.

1. Educação de jovens e adultos - Santa Filomena do Maranhão (MA). 2. Educação rural - Santa Filomena do Maranhão (MA) - Aspectos sociais. 3. Alfabetização de adultos. 4. Analfabetismo - Maranhão. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). I. Baptista, Lizandra Guedes, orient. II. Alves, Ailce Margarida Negreiros, coorient. III. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. IV. Título.

CDD: 22. ed.: 374.98121

MILENY ALVES BEZERRA**“PAPAGAIO VÉIO NÃO APRENDE A FALAR” - A EXPERIÊNCIA DA
JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO NO MUNICÍPIO DE
SANTA FILOMENA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus de Marabá, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Lizandra Guedes Baptista
Coorientadora: Prof.^a. Msc. Ailce Margarida Negreiros Alves

Defesa pública em: 30 de agosto de 2019.

Banca Examinadora

Conceito:

Prof.^a. Dra. Lizandra Guedes Baptista
SEDUC MARANHÃO(Orientado)

Prof.^a. Msc. Ailce Margarida Negreiros Alves
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá (Coorientadora)

Prof.^a. Msc. Glaucia de Sousa Moreno
UNIFESSPA – Campus Universitário Marabá (Examinadora)

Prof. Msc. Maria Suely Gomes Ferreira
IFPA-CRMB – Campus Universitário de Marabá (Examinadora externa)

Minhas dedicatórias,

A minha mãe Rosilda, ao meu vô materno Luís Nogueira, ao meu tio Francisco, que mesmo sem terem estudado em uma universidade sempre me incentivaram a seguir adiante nos estudos.

In memoriam a minha vó Maria Odília, uma mulher admirável, e ao meu Biza Dorgival.

A minha irmã Lívia, ao meu companheiro Rodrigo, por estarem sempre presentes nessa caminhada.

Ao MST, minha principal escola, pela construção coletiva de um novo projeto de campo e de sociedade.

AGRADECIMENTOS

Sempre acreditei que, em cada etapa de minha vida, Deus me proporcionou conviver com pessoas maravilhosas, que contribuíram tanto para meu crescimento pessoal, quanto acadêmico. Por isso, tantas são as pessoas a quem tenho a agradecer que este pequeno espaço se torna insuficiente para citar o nome de todas. Mas vamos lá...

Ao meu avô materno Luís Nogueira por, apesar de não ter chegado a conhecer meu pai, não me sentia totalmente órfã, pois sempre enxerguei em meu avô a figura de um pai. Tenho muito a agradecer-lo por sempre estar ao meu lado, por ter investido em mim o seu tempo e o seu amor. Vô, te amo.

Sou grata a minha mãe (verdadeira mulher), por ser a pessoa que mais me cobrou e cobra nesta vida. Mesmo com toda as adversidades da vida, me mostra o sentido de ser Mulher, mostrando a beleza do colo acolhedor.

Ao meu tio Francisco e a minha irmã que tenho grande amor.

In memoriam a minha vó Odília, minha segunda mãe e ao meu Biza.

As minhas madrinhas, Francisca, Nazaré e Rosália, que sempre me ajudaram e me incentivaram a estudar.

As minhas amigas de infância Joquebede, Naiara, Elisandra, Karolaine e Tatiane, que sempre estiveram comigo nos momentos em que mais precisei, muito obrigada.

Agradeço também ao querido mestre e ex-professor Francisco do Livramento Andrade, que me ajudando para o meu crescimento nos estudos me inscreveu neste curso, que foi de extrema importância para minha vida.

Agradeço ao Rodrigo que, para além de namorado, foi psicólogo nesse processo da escrita que foi tão difícil. Tu foi um verdadeiro companheiro, demonstrando seu amor em todos os gestos para comigo.

Agradeço a Nieves por ser essa amiga de todas as horas.

Aos meus camaradas que vida me deu: Rosângela, Vangela, Dijane, Andriele, Gisele, Mikaelen, Aline, Alan e Fred. É muito bom saber e ter pessoas que nos incentivem e apoiem ao longo da vida.

Agradeço às grandes mulheres que tive o prazer de conhecer, como Maria Raimunda, Edileusa, Naelya, Simoninha e Luciana, que foram minha CPP da vida, não somente da graduação, obrigada por me fazerem sentir o que é viver em coletivo.

Agradeço também ao seu Antônio, dona Lena, dona Maria e dona Luciana.

Agradeço a Divina, Letícia, Simone e Vânia. Obrigado por serem mulheres que levantam as outras.

Gratidão aos professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo por me mostrarem a importância de estar neste curso, especialmente a Maura, Amintas, Celia e Jeronimo.

Agradeço a Glaucia, por essa grande amizade construída nessa graduação

A Professora Margarida que, desde 2015, me acompanha como estudante, sendo amiga fiel nas cobranças e trabalhos. Obrigada Marga por tanto afeto.

A minha orientadora Lizandra Guedes pela paciência e compromisso em seguir nessa empreitada de angustias, desesperos e alegria. Obrigada por investir seu tempo e seu conhecimento para meu crescimento acadêmico e pessoal. Muita gratidão a ti, Liz.

Gostaria de agradecer ao Guilherme e Gorete pela preocupação comigo na escrita deste TCC.

Gratidão a todos os moradores da rua do Casqueiro, que sempre demonstraram um verdadeiro carinho e respeito por mim.

Quero agradecer carinhosamente aos moradores do município de Santa Filomena, ao coletivo de educadores e coordenadores e educandos.

Agradeço também à família que Jornada me deu. Ao Leandro, meu amigo e irmão de militância, ao Kairo, Elane e dona Erodina pela família que me acolheu.

Ao MST e a Casa Familiar Rural de Açailândia, as minhas principais escolas, pela construção coletiva de um novo projeto de campo e de sociedade.

Aos amigos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, turma 2014, que foram a família que encontrei, nesses quase 4 anos, vivenciando a coletividade ao lado vocês, vivendo tantos momentos na sua grande maioria bons. Gratidão a vocês que serão excelentes educadores do campo.

In memoriam, agradeço a Celinha, minha amiga e companheira de turma, que por adversidades teve de partir, agradeço pelos momentos bons, espero que esteja em um bom lugar.

Saibam que este TCC só está sendo finalizado por causa do apoio de vocês. Saber que posso contar com cada um e cada uma de vocês é maravilhoso. Isso me torna uma pessoa mais confiante. Não tenho nem palavras para expressar o que sinto, apenas agradecer por fazerem parte da minha vida, que não seria a mesma sem a presença de vocês

A Deus, que me proporcionou viver tudo isto e, principalmente, por ter colocado todos/as em minha vida. E por me amarem incondicionalmente.

RESUMO

BEZERRA, Mileny Alves. **“Papagaio véio não aprende a falar” - a experiência da Jornada de Alfabetização do Maranhão no município de Santa Filomena do Maranhão.** 2019. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, 2019.

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar a experiência da Jornada de Alfabetização do Maranhão – *Sim, eu posso!* e Círculos de Cultura, mais especificamente no município de Santa Filomena do Maranhão, tendo como objetivo recuperar as ações do programa que visam processos emancipatórios, para além do ensino da leitura e escrita. Para o desenvolvimento do trabalho recorremos à pesquisa bibliográfica e documental e também à pesquisa participativa, como membro da brigada de alfabetização do MST responsável pela condução da Jornada. A pesquisa se estruturou em três capítulos, o primeiro trata das raízes do analfabetismo no estado do Maranhão, apresentando a Jornada de Alfabetização como integrante de uma política de governo. O segundo aborda a relação entre a luta pela terra e a educação no MST, a partir dos pressupostos filosóficos que norteiam suas ações, recuperando, também, os processos pedagógicos da Jornada, o último capítulo, se detém na experiência da Jornada no município de Santa Filomena do Maranhão, a partir do olhar dos sujeitos nela envolvidos. Pretende-se, assim, que o trabalho possa contribuir com as reflexões sobre a educação de jovens e adultos e a educação popular, como importantes instrumentos de emancipação humana.

Palavras-chave: Jornada de Alfabetização do Maranhão. Educação Popular. Sim, eu posso!. Educação e emancipação. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper seeks to analyze the experience of the Maranhão Literacy Day - Yes, I can! and Culture Circles, more specifically in the municipality of Santa Filomena do Maranhão, aiming to recover the program's actions aimed at emancipatory processes, in addition to teaching reading and writing. For the development of the work we resorted to bibliographic and documentary research and also participatory research, as a member of the MST literacy brigade responsible for conducting the Journey. The research was structured in three chapters, the first deals with the roots of illiteracy in the state of Maranhão, presenting the Literacy Day as part of a government policy. The second addresses the relationship between the struggle for land and education in the MST, based on the philosophical assumptions that guide its actions, also recovering the pedagogical processes of the Journey. The last chapter focuses on the experience of the Journey in the municipality of Santa Filomena do Maranhão, from the eyes of the subjects involved in it. Thus, it is intended that the work can contribute to the reflections on youth and adult education and popular education, as important instruments of human emancipation.

Keywords: Maranhão Literacy Journey. Popular Education. Yes, I Can!. Education and emancipation. Youth and Adult Education.

LISTA DE SIGLAS

CFR - Casa Familiar Rural

CPP - Coordenação Política e Pedagógica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos do Maranhão

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEDIHPOP - Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Ranking índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) 2010 – região nordeste.....	33
Tabela 02. Dados dos 30 municípios do plano mais IDHM.....	38
Tabela 03. Municípios, ranking IDHM, população e porcentagem de analfabetos maiores de 15 anos.....	40
Tabela 04. Municípios, população e porcentagem de analfabetos abrangidos pela jornada.....	41
Tabela 05. Resultado final de alfabetizados pela 1ª fase da jornada de alfabetização do Maranhão.....	42
Tabela 06. Municípios, ranking IDHM, população e porcentagem de analfabetos maiores de 15 anos.....	43
Tabela 07. Metas e resultado final de alfabetizados pela 2ª fase da jornada de alfabetização do Maranhão.....	44
Tabela 08. Eixos temáticos norteadores do trabalho com os círculos de cultura	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Carta do educando Leudivan para sua educadora Salvelina	62
Figura 2. Aula inaugural em Santa Filomena.	66
Figura 3. Carta do educando Manuel para sua educadora Ivone	68
Figura 4. Seminário final em Santa Filomena.	70
Figura 5. Recebimentos de materiais do programa, turma da educadora Maria Nilvania turma da sede de Santa Filomena.	73
Figura 6. Escrita da carta de finalização do método Sim, eu posso!, na turma da educadora Edilene.....	74
Figura 7. Entrega de carta a um colega de sala na turma da educadora Francisca.	74
Figura 8. Festa para receber o “diploma” do <i>Sim, eu posso!</i> na turma da educadora Maria do Rosário.....	75
Figura 9. Aniversário dos alunos da Turma Ligeirinha, no Povoado Faveira.....	76
Figura 10. Comemoração do aniversário dos educandos da educadora Carla.....	76
Figura 11. Entrega dos “diplomas” na turma da educadora Diana.	77
Figura 12. Cinema da Terra no Povoado Faveira.	79
Figura 13. Formação de educadores para os Círculos de Cultura, com Marquinhos Monteiro.....	80
Figura 14. Feira Cultural do Sim, eu posso!.	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
1.COMBATE AO ANALFABETISMO E A JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO.....	31
1.1. As raízes do analfabetismo no Maranhão	31
1.2 A Jornada de Alfabetização do Maranhão	36
2. O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO.....	47
2.1 O MST como sujeito alfabetizador	47
2.2 A aventura pedagógica da Jornada de Alfabetização	50
2.2.1 A mobilização	50
2.2.2 A formação dos educadores/as e coordenadores/as de turma	53
2.2.3 Sim, eu posso! Alfabetizar, alfabetizar!	55
2.3.4. Círculos de Cultura.....	58
2.2.5. Mobilização Comunitária.....	60
3. FILOZINHA DE AÇÚCAR.....	63
3.1 A Jornada de Alfabetização em Santa Filomena do Maranhão	63
3.2 "Ninguém é tão pequeno que não possa ensinar, e nem tão grande que não possa aprender"	70
CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

Nossos primeiros contatos com os movimentos sociais foram na Casa Familiar Rural de Açailândia – CFR, em 2011, quando ouvimos falar pela primeira vez em Educação do Campo. Logo após o término do curso, em 2013, fomos indicadas para o curso de Educação do Campo no estado do Pará, e foi nesse processo que conhecemos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nos encantamos com a organização, com a pedagogia, com os símbolos que o mesmo tinha, com a mística e assim nos tornamos militantes do Movimento, atuando em nosso estado, o Maranhão.

Em 2017, fomos indicadas para fazer parte da Brigada Nacional de Alfabetização Salete Moreno, que seria responsável pela condução da Jornada de Alfabetização do Maranhão - *Sim eu posso!* Círculos de Cultura. A Jornada, que é uma das ações do Plano Mais IHD, política do governo do estado do Maranhão, que atua nos 30 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do estado, vindo sendo realizada por meio de uma parceria entre o MST e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). Já houveram duas fases da Jornada (2016/2017 e 2017/2018), tendo conseguindo alfabetizar quase 21 (vinte e um) mil jovens, adultos e idosos, em 15 municípios maranhenses, utilizando o método cubano *Sim, eu posso!* combinado à experiência dos Círculos de Cultura freirianos, tendo como objetivo contribuir para a superação dos alarmantes índices de analfabetismo do estado.

Lembramos de nossa felicidade com este convite, porém não tínhamos a dimensão do que se tratava. Achávamos que iria ser apenas mais um programa de alfabetização, mais uma tarefa a cumprir, das mais importantes, certamente, pois a superação do analfabetismo é um passo importante para a construção de uma sociedade emancipada. Mas logo nas primeiras formações da Brigada, relendo os livros que líamos no curso, como *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, e outros escritos, sentíamos que a tarefa iria ser bem mais que só ensinar ler escrever, e quando fomos para os municípios pudemos perceber que o que nós estudávamos no curso de Educação do Campo se materializava na Jornada. Pudemos perceber que a mesma ia de acordo com o curso, quando tratava da realidade dos sujeitos participantes, fazendo com que os sujeitos trouxessem suas experiências para dentro da Universidade, para o debate com o conhecimento científico, dando relevâncias aos seus conhecimentos

empíricos, aperfeiçoados através do estudo. Estas práxis se materializava nos processos da Jornada de forma inexplicável, o que mobilizou nossa curiosidade em pesquisá-la.

Dentre tudo isso, o que mais nos chamou a atenção foi o quanto não compreendíamos a tarefa que iríamos assumir. Pensávamos que iríamos coordenar um processo de alfabetização de jovens e adultos e que tal processo exigiria de nós um conhecimento técnico, mas não foi isso que vivenciamos. Pudemos fazer parte de um grande processo de humanização e emancipação, da (re) construção de pessoas, de comunidades e de uma sociedade inteira. Por este motivo, resolvemos voltar nossa pesquisa para este tema: compreender quais eram os elementos que faziam com que esta Jornada fosse para além da mera alfabetização e caminhasse rumo à emancipação, tentando desvendar aquilo que tanto nos encantava na vivência deste processo.

A escolha deste tema foi reforçada pelo período histórico que estamos vivendo, um período de retrocessos, principalmente no âmbito da educação e de ataques diretos ao “patrono da educação brasileira”, Paulo Freire, que nos deixou como legados, para além de seus grandes escritos, a inspiração para cumprirmos com a tarefa de realizar uma formação verdadeiramente humana dos sujeitos, que contribua para sua libertação e para a libertação da sociedade como um todo, tarefa que parece ter sido assumida com afínco pela Jornada de Alfabetização do Maranhão.

Para o desenvolvimento do trabalho, optamos por circunscrever nossa pesquisa ao município em que atuávamos, Santa Filomena do Maranhão, realizando uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, mas, também, participante, como brigadista que atuava diretamente na Jornada. Para tanto, recorremos à bibliografia que tratava das questões do analfabetismo, em especial no Maranhão, e à leitura da obra de Paulo Freire, principal referência teórica da Jornada, para além da pedagogia do MST e das orientações metodológicas do *Sim, eu posso!* Como trata-se de um processo recente, há pouca bibliografia disponível sobre a experiência em si, daí a necessidade de recorrer a uma análise documental, que se concentrou principalmente em relatórios e documentos de orientação produzidos pela própria Brigada de Alfabetização. No que diz respeito à pesquisa participativa, além do próprio trabalho por nós desenvolvido como brigadista, que exigia o acompanhamento diário das atividades em vários níveis, realizamos registros fotográficos e etnográficos da vivência, e entrevistas semi dirigidas com os sujeitos participantes da Jornada com o intuito de

compreender os limites e desafios da formação deixadas por ela nessas pessoas, que vão para além da alfabetização.

Tendo escolhido nosso objeto de estudos, estabelecemos como objetivos: contextualizar sócio e educacionalmente o Maranhão em perspectiva histórica, analisando a atual realidade na qual a Jornada de Alfabetização está inserida; apresentar a Jornada de Alfabetização, bem como seus resultados, em especial no município de Santa Filomena - MA; recuperar e analisar as experiências sensíveis dos educandos e educadores no município, analisando os limites e avanços da Jornada de Alfabetização no Maranhão.

Desta forma este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro pretendemos tratar das raízes do analfabetismo no estado do Maranhão, tentando entender como se deu esse processo e os fatores que contribuíram para que esse problema se prolongasse durante tantos anos e ainda se constitua como uma realidade maranhense. Ainda neste capítulo, descrevemos brevemente a Jornada de Alfabetização do Maranhão, contextualizando-a a partir das pesquisas desenvolvidas para a elaboração do Plano Mais IDH, projeto governamental em que ela está inserida, recuperando suas metas e resultados, nas duas fases em que ocorreu.

Já o segundo capítulo tem como objetivo abordar a experiência através de seus aspectos pedagógicos. Para tanto, primeiramente, fazemos uma breve análise dos princípios filosóficos que norteiam o projeto educativo do MST, que vincula a luta pela terra à educação, tida como um dos pilares de suas atividades. O Movimento Sem Terra coordenou todo o processo da Jornada como teoria e prática pedagógica que orienta as ações desenvolvidas no programa, daí a necessidade de olharmos mais detidamente para seus princípios. A luz destes princípios é que são recuperados os processos pedagógicos desenvolvidos durante a Jornada, tanto na formação de educandos, educadores e coordenadores de turma, como aqueles desenvolvidos com a comunidade como um todo, buscando encontrar neles os elementos emancipatórios.

No último capítulo, recuperamos a experiência da Jornada de Alfabetização em Santa Filomena do Maranhão, fazendo uma caracterização sócio econômica e educacional do município e das metas de alfabetização para ele pretendidas, descrevendo o processo ocorrido durante o desenvolvimento da experiência. Procuramos ainda que o processo fosse recontado através dos sujeitos que participaram da Jornada, recuperando, para além dos fatos, os sentimentos despertados para aqueles que vivenciaram diretamente desta grande aventura

pedagógica, assim nomeada, pois, como nos diz Peloso “educação libertadora ou é aventura permanente ou não é criadora” (2012, p. 29).

Com base no exposto acima, pretendemos que esta pesquisa possa colaborar com os estudos sobre o tema, trazendo novas perspectivas para a educação de jovens adultos e idosos, compreendendo-a como um importante instrumento de emancipação humana e mobilização popular. À guisa de conclusão, buscamos apontar alguns limites, estruturais e de gestão, e potencialidades, principalmente numa perspectiva de emancipação humana, que se apresentaram durante a Jornada, provocando a reflexão sobre alguns desafios a serem enfrentados para a projeção de novas fases desta surpreendente revolução que vem das letras.

1.COMBATE AO ANALFABETISMO E A JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO

Neste capítulo, trataremos das raízes do analfabetismo no estado do Maranhão, tentando entender como se deu esse processo no estado e os fatores que contribuíram para manter esse problema, que se prolongou durante tantos anos e ainda é um fenômeno presente. Além disso, iremos nos deter na apresentação da Jornada de Alfabetização do Maranhão, seu percurso metodológico, concepção e resultados, tendo como referência a pesquisa desenvolvida para a elaboração do Plano Mais IDH, projeto governamental em que a Jornada está inserida.

1.1. As raízes do analfabetismo no Maranhão

O Maranhão, situado na região Nordeste do Brasil, têm sua história marcada pela desigualdade social. Um dos aspectos que marcou sua formação social e política foi o caráter oligárquico dos grupos que estiveram à frente do governo e que deixaram o estado com várias chagas como: a pobreza, a falta de escolas e atendimento médico adequado, infraestrutura precária, entre outros.

A partir da década de 60, no contexto da Ditadura Civil Militar, essas oligarquias passaram por um processo de reformulação (COSTA, 1997 apud BERNAT, 2019) que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais. Exemplo disso foi a Lei Estadual de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969, que consolidou a alta concentração fundiária já existente no Maranhão, fazendo com que a maioria dessas terras fossem destinadas a políticos e famílias ricas do estado.

Segundo dados do censo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), 48,8 % dos maranhenses vivem no campo, o que caracteriza o Maranhão como um dos estados brasileiros de maior população rural. O campo maranhense é constituído, em sua maioria, por agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e extrativistas. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar do estado do Maranhão, são quase 860 mil agricultores familiares, responsáveis pela produção de 93% do café, 89% do arroz, 86% da mandioca e do feijão produzidos no estado (SEAD, 2016). Os assentamentos de reforma agrária também revelam o grande potencial da agricultura familiar, segundo dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA/INCRA (2016), o Maranhão tem 1.027 projetos de assentamentos, que totalizam uma área de 4.733.976 ha, utilizada por 156.858 famílias que dali retiram seu sustento e alimentam a população local.

Vale também ressaltar o importante papel cumprido pelas mulheres extrativistas nas comunidades rurais do estado, que transformam o coco babaçu numa das principais fontes de renda familiar. Nesta prática tradicional, que é realizada especialmente pelas mulheres, chamadas de Quebradeiras de Coco, o sustento vem da palmeira do babaçu de onde tudo se aproveita: a casca vira carvão, a amêndoa vira leite ou azeite, a entre casca vira mingau e farinha e as folhas viram telhados e belíssimos artesanatos.

A população rural do Maranhão, que constitui deste o seu espaço de sobrevivência, em grande parte na condição de posseira, é a mais afetada pelo processo de concentração fundiária promovido pelas oligarquias. Com a lei de terras, a população rural maranhense foi expulsa de suas terras de direito, tendo que migrar para cidade ou para outros estados, deixando tudo para trás, dando lugar a latifúndios improdutivos. Territórios indígenas e quilombolas passam a ser constantemente ameaçados, extrativistas são proibidos de entrarem nas matas em busca do seu sustento e a violência no campo aumentou significativamente.

Ao longo da sua história, o Maranhão vivenciou diversos processos políticos, econômicos e sociais que contribuíram de forma decisiva para a situação de pobreza extrema, que acomete uma parte importante da sua população, marcadamente do contexto rural. Foi no campo onde, de forma mais expressiva, as relações sociais estiveram balizadas pelo uso abusivo da força, pela imposição do projeto que resultasse mais lucrativo em cada momento aos interesses das elites e pelos vínculos de dominação exercidos pelos grupos econômicos e políticos. (BERNAT, 2019, p. 31).

O Maranhão reúne boas condições climáticas, rica biodiversidade e dimensões que o destacam entre os maiores estados da região Nordeste, possuindo altos índices de precipitação, ampla biodiversidade e solos férteis, terra rica em história e cultura, muitas comidas típicas, uma cultura popular única e inúmeros pontos turísticos de belezas naturais e históricas. Tais características conferem ao estado grande potencial econômico e de desenvolvimento humano, ou seja, a pobreza no Maranhão não é resultado de escassez de recursos ou outras adversidades naturais, é fruto dos desmandos de grupos políticos, que ao longo da história governaram o estado quase que exclusivamente para atender aos seus interesses imediatos.

Interessados em assegurar espaços de poder em cada oportunidade aberta pela modernização conservadora do país, grupos políticos trataram de adaptar o aparelho estatal à sua imagem e semelhança: sem compromissos com a complexa realidade do território e seus habitantes, omisso quanto aos impactos socioambientais resultantes da internacionalização da economia nacional, consolidada de forma subordinada sob a ditadura cívico-militar. (BURNETT, 2015, p. 30).

Desta feita, o estado do Maranhão, mesmo com toda sua riqueza natural e potencial produtivo, ocupa o penúltimo lugar, na região Nordeste, no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, ficando atrás apenas de Alagoas (PNUD, 2013/IBGE, 2010), como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 01. Ranking índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) 2010 – região nordeste.

Posição IDHM das Unidades Federativas	Ranking - Região Nordeste	Unidade da Federação	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
16°	1°	Rio Grande do Norte	0.684	0.678	0.792	0.597
17°	2°	Ceará	0.682	0.651	0.793	0.615
19°	3°	Pernambuco	0.673	0.673	0.789	0.574
20°	4°	Sergipe	0.665	0.672	0.781	0.560
22°	5°	Bahia	0.660	0.663	0.783	0.555
23°	6°	Paraíba	0.658	0.656	0.783	0.555
24°	7°	Piauí	0.646	0.635	0.777	0.547
26°	8°	Maranhão	0.639	0.612	0.757	0.562
27°	9°	Alagoas	0.631	0.641	0.755	0.520

Fonte: Bernat (2019), elaborada a partir dos dados do PNUD, 2013/IBGE, 2010.

O IDH foi criado para medir o grau de desenvolvimento humano dos países orientando a classificação dos países como “subdesenvolvidos”, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Criado pela Organização das Nações Unidas – ONU, esse índice é útil para avaliar a qualidade de vida das populações nos diferentes países, considerando a renda, saúde e educação. Calcula-se os índices de educação, medido pela taxa de alfabetização e escolarização, a saúde pela expectativa de vida e pelo número de mortalidade infantil, enquanto que a renda é medida pelo PIB do país (IBGE, 2010). O Maranhão encontra-se em vigésimo sexto no ranking dos estados do Brasil, ou seja, em penúltima posição, lugar que também ocupa na região Nordeste.

Além do IDH existe o IDHM, que é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que calcula os índices por município. O mesmo se utiliza da mesma metodologia

de cálculos com as três dimensões: IDHM-R para renda, IDHM-E para educação e o IDHM-L para longevidade. O IDHM ajusta o IDH à realidade dos municípios, pautando suas especificidades locais. No caso do IDHM/Educação os indicadores são: o nível de instrução da população (taxa de analfabetismo e pessoas de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo), demanda e oferta de ensino (número de matrículas, quantidade de escolas e de professores), infraestrutura das escolas (local de funcionamento e serviços básicos) e desempenho (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Distorção Idade/Série) (IMESC, 2015).

Aqui trataremos do IDHM-E do estado do Maranhão. Ao verificarmos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação (IDHM-E) maranhense, que foi calculado a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010, podemos notar que, “considerando as faixas de desenvolvimento do programa das nações unidas (PNUD), o estado do Maranhão se encontra com um dos menores índices de desenvolvimento totalizando (0,49 a 0,599), na 19ª posição no Brasil, abaixo do indicador do plano nacional (0,637)” (IMESC, 2015).

Estes dados revelam ainda que o estado do Maranhão possui elevado índice de analfabetismo. O cenário no campo é de uma população que teve seus direitos à educação e escolarização negados, de forma geral, constituindo uma população rural de 72,2% com menos de um ano de estudo ou sem instrução, segundo dados do instituto Maranhense de estudos socioeconômico e cartográficos, (IMESC, 2015). A taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos que vive no campo é a segunda mais alta do país, com um percentual de 40,3 %, enquanto a taxa estadual é também bastante elevada, chegando a 20,8 %. É ainda mais alarmante notar que, nos 30 municípios com Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM mais baixos, este percentual chega a 65,9 % da população (IBGE, 2010).

Desde a Segunda República, diversas foram as iniciativas desenvolvidas no Maranhão para superar os altos índices de analfabetismo, porém “as preocupações com o analfabetismo parecem estar mais no campo da retórica dos direitos sociais, do que na construção efetiva de políticas públicas para solucionar o problema” (MST/SEDUC , 2016, p.14), já que pouco incidiram na realidade do estado.

Historicamente, o direito à leitura e a escrita foi negado aos pobres, isso desde que as terras indígenas foram invadidas pelos portugueses. Apesar da 1ª primeira Constituição do Brasil independente, datada de 1824, já enunciar o direito à educação, somente na Segunda República ele é de fato estendido a todos, com a Constituição de 1934, se tornando realidade para a maior parte da população brasileira já na década de 1990. Na atualidade, embora ainda

não seja uma realidade efetiva para uma parcela da população, nossa Constituição Federal, enuncia no artigo 208, que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;” (BRASIL, 1988).

No entanto, ao analisarmos os dados atuais do Maranhão, podemos perceber que o Estado não tem cumprido seu papel no tocante à educação da população e os altos índices de analfabetismo revelam que há uma dívida histórica com o povo maranhense, que chega a ser gritante. Esta dívida precisa urgentemente ser paga, não podemos aceitar que um estado tão rico em recursos e potencialidade produtiva, como o Maranhão, tenha sua história marcada pelo analfabetismo, que neste caso se expressa como um projeto de dominação do seu povo.

Em terras tupiniquins, de capitalismo dependente, marcadas por um desenvolvimento desigual e combinado, pode-se prescindir de alfabetizar todo seu povo para manter certo nível de “desenvolvimento”. A aposta parece ter sido investir na formação de uma elite dirigente e relegar ao povo uma formação quando muito rebaixada, deixando uma grande massa de jovens, adultos e idosos analfabetos, afeita ao trabalho bruto e a uma suposta cordialidade. (PERCASSI E GUEDES, 2019, p.21).

A aposta no analfabetismo ou numa educação mínima para pobres, como projeto de dominação social, embora continue sendo largamente praticada, passou a ser velada, principalmente após o Movimento da Escola Nova, na década de 1930. Porém, é lamentável notar que este projeto ganha força novamente nos dias atuais, com as políticas ultraliberais de Jair Bolsonaro, quando seu Ministro da Educação proclama em alto e bom som que: “A ideia de universidade para todos não existe. As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual” (Ricardo Vélez Rodrigues, 28 de janeiro de 2018).

No Maranhão, em meio a tantas privações já vividas na pele pelo povo, o direito de aprender a ler e escrever não é realidade para quase um quinto da população, que está relegada à condição de analfabeta. Esta realidade parece ser parte de um projeto de governo conduzido pela oligarquia maranhense, condição pensada como projeto governamental para a população mais pobre do estado, que teve que arcar com a conta de viver sem acesso aos direitos básicos. Grande parte da população, que tem seus territórios há décadas usurpados pela chamada oligarquia governamental, teve que suportar ainda o analfabetismo como carro chefe do Estado.

Não é preciso dizer que a exploração de corpos e mentes não seria a mesma se todos fossem alfabetizados, que a desigualdade não seria tamanha e a população teria voz, pois como nos ensina Paulo Freire (2002, p. 193): “Não é possível atuar em favor da igualdade,

do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser”.

Ao analisarmos a fundo quem são as pessoas que tiveram e têm suas histórias marcadas pela falta de políticas públicas efetivas, podemos perceber que são na sua grande maioria os negros, indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos; homens e mulheres que tiveram sua história marcada pela negação do direito à leitura e à escrita e, quase sempre, entraram para as estatísticas como sujeitos em situação de extrema pobreza.

Para alguns há pouco significado em não ser alfabetizado, mas para muitos esta é uma marca indelével, motivo de vergonha e humilhação, que anuncia um destino sem futuro. No entanto, embora se propagandeie que estudar ou não seja uma questão de mérito ou esforço pessoal, em geral, àqueles e àquelas que não estudaram foi negada a oportunidade de aprender a ler e escrever. Tinham que escolher entre comer ou aprender a ler, entre andar quilômetros a pé na esperança de aprender a escrever e a sobrevivência e estas histórias se repetiam e se repetem por gerações nas famílias maranhense.

Para que esta sina não se repita, não basta que aqueles que não estão alfabetizados queiram mudar esta condição, é preciso que o governo se arme de vontade política e crie condições, através de políticas públicas, que possibilitem jovens, adultos e idosos a recobrem sua condição de cidadania, aprendendo a ler e escrever. Mais ainda, é preciso que a sociedade esteja convencida da necessidade de garantir este direito a toda a população, para que tenhamos um país mais justo, construído pelo conjunto dos sujeitos emancipados.

1.2 A Jornada de Alfabetização do Maranhão

O estado do Maranhão inicia o combate ao analfabetismo a partir da ruptura com as oligarquias políticas, representada pela família Sarney, com a eleição de um governo de caráter mais progressista, em 2006, com o então governador Jackson Lago. No entanto, este não conseguiu cumprir completamente o mandato, pois foi retirado do poder por estas mesmas oligarquias em março de 2009.

Apesar da retirada precoce do governador, este promoveu importantes avanços no combate ao analfabetismo, quando iniciou uma jornada de alfabetização em áreas de assentamentos e acampamentos, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). /

Em 2015, com a eleição do Governador Flávio Dino (PC do B), a oligarquia maranhense sofre uma nova derrota, pois o governo assume nitidamente um caráter

progressista, que tem como uma de suas ações o combate à pobreza. Assumidamente comunista, quando em entrevista ao *Le Monde Diplomatique* é questionado se podia ser classificado como comunista ou socialista, responde que:

Pra mim, hoje, é a mesma coisa. Acho que foi superada aquela visão segundo a qual haveria uma sociedade sem Estado, que iria caracterizar o comunismo como uma espécie de etapa superior do socialismo, em que a sociedade seria tão perfeita, tão utopicamente perfeita, que como não haveria classes sociais e injustiças, sequer haveria Estado. Isso hoje é inexecutável pela própria complexidade da sociedade, então pra mim hoje são termos sinônimos. (DINO, 2018).

Desta feita, em 2016, inicia-se uma nova fase de combate ao analfabetismo, ampliando as propostas já iniciada pelo governador Jackson Lagos, quando esse tema passa se a constituir como uma das ações do Plano Mais IDH, que tem os seguintes objetivos:

O Plano de Ações ‘Mais IDH’ terá por objetivo promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, abrangendo: I – integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II – ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios; III – ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV – inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um modelo de desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles; V – valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações (MARANHÃO, 2015).

O plano tem como principal tarefa construir políticas públicas que melhorem o desempenho escolar, a saúde pública e a renda, nos 30 municípios de menor percentual no *ranking* do IDHM do estado do Maranhão, como indicado no quadro abaixo.

Tabela 02. Dados dos 30 municípios do plano mais IDHM

Municípios	IDHM Qualidade	IDHM Relevância	IDHM Cobertura	Posição no Rang Mais	População 2010			Área Municipal	Área da Cidade Km²	Densidade Demográfica hab/km²
					Urbana	Rural	Total			
Brasil	0,739	0,816	0,637							
Maranhão	0,612	0,757	0,562							
Afonso Cunha	0,471	0,725	0,434	30°	3.234	2.671	5.905	371,34	1,01	15,9
Água Doce do Maranhão	0,494	0,697	0,363	5°	3.133	8.448	11.581	443,27	1,88	26,1
Aldeias Altas	0,5	0,72	0,374	13°	13.634	10.318	23.952	1942,11	8,21	12,3
Amapá do Maranhão	0,503	0,688	0,406	23°	4.841	1.590	6.431	502,4	2,08	12,8
Araioses	0,497	0,709	0,402	24°	12.045	30.460	42.505	1782,6	3,64	23,8
Arame	0,525	0,701	0,365	10°	12.551	19.151	31.702	3008,69	4,46	10,5
Belágua	0,417	0,707	0,455	9°	3.263	3.261	6.524	499,43	1,73	13,1
Brejo de Areia	0,507	0,677	0,408	21°	2.853	2.724	5.577	362,46	1,7	15,4
Cajari	0,456	0,747	0,421	26°	4.284	14.054	18.338	662,07	1,3	27,7
Centro Novo do Maranhão	0,508	0,717	0,382	18°	5.522	12.100	17.622	8258,42	4,06	2,1
Conceição do Lago-Açu	0,492	0,738	0,37	12°	6.869	7.567	14.436	733,23	2,3	19,7
Fernando Falcão	0,417	0,728	0,286	1°	1.506	7.735	9.241	5086,58	1,89	1,8
Governador Newton Bello	0,509	0,718	0,387	25°	4.291	7.630	11.921	1160,49	3,18	10,3
Itaipava do Grajaú	0,456	0,726	0,419	19°	4.296	10.001	14.297	1238,82	1,42	11,5
Jenipapo das Nascentes	0,445	0,766	0,346	3°	2.519	12.921	15.440	1962,9	4,34	7,9
Lagoa Grande do Maranhão	0,48	0,731	0,36	6°	5.499	5.018	10.517	744,3	3,48	14,1
Marajá do Sena	0,4	0,774	0,299	2°	1.158	6.893	8.051	1447,68	0,45	5,6
Milagres do Maranhão	0,465	0,764	0,413	28°	1.760	6.358	8.118	634,74	0,53	12,8
Pedro do Rosário	0,475	0,696	0,415	14°	5.890	16.842	22.732	1749,89	4,24	13
Primeira Cruz	0,448	0,722	0,414	9°	4.289	9.665	13.954	1367,68	0,82	10,2
Santa Filomena do Maranhão	0,461	0,722	0,435	27°	2.293	4.768	7.061	602,34	0,72	11,7
Santana do Maranhão	0,445	0,758	0,394	8°	1.842	9.819	11.661	932,02	0,72	12,5
Santo Amaro do Maranhão	0,454	0,738	0,416	20°	3.630	10.190	13.820	1601,18	2,35	8,6
São Francisco do Maranhão	0,503	0,733	0,4	29°	4.104	8.042	12.146	2347,2	2,11	5,2
São João do Caru	0,487	0,684	0,397	7°	6.323	5.986	12.319	615,7	1,79	20
São João do Soter	0,486	0,711	0,401	17°	6.646	10.592	17.238	1438,07	4,41	12
São Raimundo do Maranhão	0,478	0,7	0,41	15°	1.731	4.359	6.090	419,35	2,29	14,5
São Roberto	0,475	0,738	0,391	16°	2.845	3.112	5.957	227,46	2,93	26,2
Satubinha	0,45	0,72	0,369	4°	3.634	8.356	11.990	441,81	2,2	27,1
Serrano do Maranhão	0,44	0,735	0,433	22°	4.227	6.713	10.940	1207,06	4,47	9,1

Fonte: IBGE, 2010.

No âmbito da educação, entre as ações do Plano, está previsto o combate ao analfabetismo, através do chamado Mais Alfabetização, articulado através de dois programas: o Brasil Alfabetizado, em parceria com o Governo Federal e a Jornada de Alfabetização do Maranhão. Para a coordenação da Jornada, o governador Flávio Dino convida o Movimento Sem Terra, já que o Movimento tem larga experiência na alfabetização de jovens e adultos, articulando o método cubano *Sim, eu posso!* aos Círculos de Cultura da pedagogia Freireana¹.

O *Sim, eu posso!* (*Yo, si puedo!*) é um método cubano de alfabetização, que foi desenvolvido por um grupo de profissionais da educação do Instituto Pedagógico Latino-americano e Caribenho – IPLAC, em meados dos anos 1990. O método, inspirado na campanha de alfabetização realizada em Cuba, de 1961, já alfabetizou mais de 9 milhões de pessoas em mais de 30 países, tendo sido “traduzido e contextualizado para 10 (dez) idiomas e dialetos, como: espanhol, português, francês, chinês, créole, ayamará, quíchua, Guarany e tétum. Também existem versões em braile e para surdos” (MST/SEDUC, 2016, p.12).

Já os Círculos de Cultura são uma releitura da experiência desenvolvida por Paulo Freire, na década de 1960, que levava o mesmo nome. Mais que um método, os Círculos extrapolam “a execução de etapas preestabelecidas sendo mais uma epistemologia e um conjunto de indicações teórico-metodológicas” (MST/SEDUC, 2018, p.4), que foram combinadas à práxis educativa da Educação Popular desenvolvida pelo MST, ao longo de sua trajetória.

A Jornada de Alfabetização do Maranhão foi projetada para acontecer em 12 (doze) meses de trabalho, sendo 8 (oito) meses de alfabetização, destes, 4 (quatro) meses com o método *Sim, eu posso!*, em que os educandos aprendem os rudimentos da leitura e da escrita e 4 (quatro) meses com os Círculos de Cultura, em que é realizado um aperfeiçoamento deste processo e 4 (quatro) meses para preparação e finalização do projeto. A primeira fase da Jornada aconteceu entre os anos de 2016 e 2017, em oito dos trinta municípios com os mais baixos IDHM do estado: Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão, São João do Caru e São Raimundo do Doca Bezerra. Segue abaixo um panorama geral da realidade do analfabetismo em cada um dos municípios.

¹ Desde 2006, o MST vem desenvolvendo processos de alfabetização massiva, a partir do método *Sim, eu posso!*, tanto em parceria com governos, como de forma independente, tendo atuado nos estados de: Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Ceará. Neste último, coordenou um projeto massivo em parceria com a prefeitura de Fortaleza, chamado *Fortaleza Alfabetizada*, em que mais de 15 mil pessoas se alfabetizaram.

Tabela 03. Municípios, ranking IDHM, população e porcentagem de analfabetos maiores de 15 anos.

MUNICÍPIOS ATUAÇÃO	DE	POSIÇÃO NO RANKING IDHM	POPULAÇÃO EM 2010	POPULAÇÃO ANALFABETA MAIOR DE 15 ANOS	% ANALFABETISMO
Água Doce Maranhão	do	5º	11.581	2.836	36,1
Aldeias Altas		13º	23.957	5.771	37,7
Governador Newton Bello		25º	11.921	2.771	36,2
Itaipava do Grajau		19º	14.297	3.071	34,2
Jenipapo Vieiras	dos	3º	15.440	3.291	34,2
Santana Maranhão	do	8º	11.661	2.629	34,4
São João do Caru		7º	12.309	2.635	34,9
São Raimundo Doca Bezerra	do	15º	6.090	1.523	38,1
TOTAL POPULAÇÃO	DE		106.530	24.340	35,7

Fonte: IMESC, 2016. Elaboração Coordenação Político Pedagógica da Jornada. 2016.

Como podemos observar, estes municípios totalizavam, antes da primeira fase da Jornada, 24.340 jovens, adultos e idosos analfabetos, atingindo em média de 35,7 % da população maior de 15 anos, muito acima da média do Maranhão, que era de 20,5% (CENSO, 2010). Estes dados nos revelam a dura realidade dos municípios do interior do estado, evidenciando a negação do acesso à educação e falta de políticas públicas que garantam direitos fundamentais.

No intuito de transformar esta realidade, nesta primeira fase, a Jornada de Alfabetização estabeleceu as metas descritas abaixo.

Tabela 04. Municípios, população e porcentagem de analfabetos abrangidos pela jornada.

MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	POPULAÇÃO ANALFABETA MAIOR DE 15 ANOS	META DE EDUCANDOS	IMPACTO	Nº DE TURMAS / EDUCADORES	Nº COORDENADORES DE TURMAS
Água Doce do Maranhão	2.836	1.520	54%	76	8
Aldeias Altas	5.771	2.820	49%	141	14
Governador Newton Bello	2.771	1.520	55%	76	8
Itaipava do Grajaú	3.071	2.000	65%	100	10
Jenipapo das Vieiras	3.291	1.800	54%	90	9
Santana do Maranhão	2.629	2.000	76%	100	10
São João do Caru	2.635	1.580	60%	79	8
São Raimundo do Doca Bezerra	1.523	800	52%	40	4
TOTAL	24.340	14.040	--	702	71

Fonte: IMESC, 2016 e MST, 2016. Elaboração Coordenação Político Pedagógica da Jornada. 2016.

Como demonstra a Tabela 04, a Jornada pretendeu abarcar um público de 14.040 educandos, distribuídos nos oito municípios do Plano Mais IDHM, impactando significativamente em sua realidade, como em Santana do Maranhão, em que se pretendia abarcar 76% dos analfabetos, ou em Itaipava do Grajaú, em que o universo dos educandos seria de 65%. Para realizar tal empreitada seria preciso formar 702 turmas e mobilizar 702 educadores e 71 coordenadores de turma, moradores dos municípios, que seriam formados para atuar de acordo com a metodologia proposta.

Para conduzir este processo, o MST formou uma brigada de educadores militantes, a Brigada Nacional de Alfabetização Salete Moreno, que recebeu este nome em homenagem a uma grande militante da região, assentada e pedagoga da primeira turma de Pedagogia da Terra do estado do Pará, falecida em 2008. A Brigada foi composta, na sua primeira fase, por 20 brigadistas militantes do MST, oriundos de 10 (dez) estados do Brasil (AL, BA, CE, MA, PI, RJ, RO, RS, SC, SP). Esta militância foi responsável pela coordenação e acompanhamento político e pedagógico do processo a nível local e estadual. Seguem a seguir os resultados obtidos nesta primeira fase da Jornada:

Tabela 05. Resultado final de alfabetizados pela 1ª fase da jornada de alfabetização do Maranhão.

MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	POPULAÇÃO ANALFABETA MAIOR DE 15 ANOS	META DE EDUCANDOS	Nº DE EDUCANDOS INSCRITOS	Nº DE EDUCANDOS FREQUENTES	Nº DE EDUCANDOS ALFABETIZADOS	IMPACTO NO Nº DE ANALFABETOS
Água Doce do Maranhão	2.836	1.520	853	665	499	17,6%
Aldeias Altas	5.771	2.820	3.010	2.930	2.197	38%
Governador Newton Bello	2.771	1.520	948	873	655	23,64%
Itaipava do Grajau	3.071	2.000	1.485	1.319	989	32,2%
Jenipapo dos Vieiras	3.291	1.800	852	720	540	16,4%
Santana do Maranhão	2.629	2.000	1.508	1.336	1.002	38,11%
São João do Caru	2.635	1.000	1.200	1.140	855	32,44%
São Raimundo do Doca Bezerra	1.523	800	610	509	382	25%
TOTAL	24.340	14.040	10.466	9.492	7.119	27,92%

Fonte: MST, 2017. Balanço elaborado pela Coordenação Político Pedagógica da Jornada. Fevereiro de 2017.

A meta inicial para a primeira fase era de 14.040, no entanto, a Jornada conseguiu mobilizar um número de educandos menor do que o previsto, já que tiveram 10.466 inscritos para as turmas. Inúmeros fatores foram apontados como motivos para que a meta não fosse atingida, como citado por Guedes, Pinheiro e Batista:

Entre os fatores que colaboraram para este resultado encontra-se o pouco tempo e reduzida equipe para a mobilização, a resistência de muitos potenciais educandos a voltarem aos estudos, o período de chuvas em que esta ação foi realizada, que dificultou muito o acesso a povoados distantes e o fato de existirem outros programas, como o Brasil Alfabetizado, implantados nos municípios, que embora não estivessem em funcionamento naquele momento absorviam parte de nosso público alvo. Outro fator que vale ser destacado como entrave à abertura de turmas foi o número de educandos necessário para sua abertura (20 educandos), número muito alto se considerarmos o tamanho de diversas comunidades rurais. (GUEDES, PINHEIRO & BATISTA, 2019, p. 138).

Embora a meta inicial não tenha sido atingida, dos 9.492 educandos frequentes 7.119 foram alfabetizados, representando 75% dos educandos, um percentual bastante alto, que impactou significativamente na realidade do analfabetismo dos municípios, como em Santana do Maranhão, que em um ano reduziu em 38,11 % o número de analfabetos. Estes resultados foram motivadores que incentivaram a continuação do programa. Com a boa receptividade nos municípios da primeira fase, o governo do estado, junto ao Movimento, projetou uma segunda fase com intuito de atingir não só 8 (oito) mas 15 (quinze) municípios

do Plano do Mais IDH, levando educação para os municípios que já estavam desacreditados por outros programas de alfabetização de jovens e adultos.

A segunda fase da Jornada aconteceu em 15 municípios do estado: Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Belágua, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Milagres do Maranhão, Santa Filomena do Maranhão, Santana do Maranhão, São João do Caru, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto que faziam parte do Plano Mais IDH.

Dada a amplitude da segunda fase da Jornada, a Brigada de Alfabetização Salete Moreno foi ampliada para 37 membros: 28 brigadistas que atuaram nos municípios e 8 que atuaram na coordenação política e pedagógica CPP. Desta vez os brigadistas vieram de 11 estados do Brasil: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. A atuação se estendeu para os seguintes municípios, abaixo descrevemos a realidade do analfabetismo nos sete municípios incorporados na segunda fase.

Tabela 06. Municípios, ranking IDHM, população e porcentagem de analfabetos maiores de 15 anos.

MUNICÍPIOS ATUAÇÃO	DE	POSIÇÃO RANKING	NO IDHM	POPULAÇÃO EM 2010	POPULAÇÃO ANALFABETA MAIOR DE 15 ANOS	% ANALFABETISMO
Afonso Cunha		30°		5.905	1.277	34,6
Belágua		9°		6.524	1.442	39,2
Lagoa Grande do Maranhão		6°		10.571	2.333	35,3
Marajá do Sena		2°		8.051	1.944	40
Milagres do Maranhão		28°		8.118	1.795	35,4
Santa Filomena		27°		7.061	1.464	31,6
São Roberto		26°		5.957	1.384	34,7
TOTAL POPULAÇÃO	DE			52.187	11.639	35,82%

Fonte: IMESC, 2016. Elaborado pela autora.

A Tabela 06 nos demonstra que os novos municípios de trabalho têm uma realidade muito próxima, no que diz respeito ao analfabetismo, aos trabalhados na primeira fase, tendo em média um percentual de 35,82% de analfabetos maiores de 15 anos. Para seguir revertendo o severo quadro do analfabetismo nos municípios de menor IDHM, estabelece-se a seguinte meta e obtém-se os seguintes resultados, conforme demonstra a Tabela 07.

Tabela 07. Metas e resultado final de alfabetizados pela 2ª fase da jornada de alfabetização do Maranhão.

Nº	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ACIMA DE 15 ANOS NÃO ALFABETIZADA	%	METAS 2ª FASE	MATRICULADOS 2ª FASE	EDUCANDOS FREQUENTES 2ª FASE	ALFABETIZADOS 2ª FASE	TAXA DE ANALFABETISMO PÓS 2ª FASE
1	Afonso Cunha	1.277	34,6	639	646	435	498	21,1%
2	Água Doce do Maranhão	2.337	29,6	2.277	2.410	1.392	1.473	10,9%
3	Aldeias Altas	3.574	23,3	2.852	3.297	2.405	2.579	6,49%
4	Belágua	1.442	39,2	721	724	498	529	24,8%
5	Governador Newton Bello	2.116	27,6	1.974	754	459	552	20,4%
6	Itaipava do Grajaú	2.082	23,1	2.156	2.163	1.889	1.900	2%
7	Jenipapo dos Vieiras	2.751	28,5	2.380	2.703	2.016	1.547	12,5%
8	Lagoa Grande do Maranhão	2.333	35,3	700	1.012	783	796	23,2%
9	Marajá do Sena	1.944	40	584	994	561	620	27,2%
10	Milagres do Maranhão	1.795	35,4	718	754	495	433	26,8%
11	Santa Filomena	1.464	31,6	732	1.092	937	870	12,82%
12	Santana do Maranhão	1.627	21,2	1.158	1.211	806	677	12,4%
13	São João do Caru	1.784	23,4	1.495	950	515	456	17,4%
14	São Raimundo do Doca Bezerra	1.141	28,4	997	674	460	488	16,2%
15	São Roberto	1.384	34,7	692	650	394	445	23,5%
TOTAL		30.051	30,1	20.075	20.034	14.045	13.863	17,2%

Fonte: MST, 2017. Balanço elaborado pela Coordenação Político Pedagógica da Jornada. Fevereiro de 2017.

A meta inicial a ser atingida nestes 15 municípios era de 20.075 educandos, que foi praticamente atingida, já que foram inscritos no programa 20.034 jovens, adultos e idosos. No entanto, deste montante, apenas 14.045 educandos permaneceram na Jornada, representando uma evasão de 30%. Entre os principais fatores de evasão, o Relatório Final da Brigada de Alfabetização aponta para o atraso nas ações oftalmológicas:

A Brigada aponta que grande parte desta evasão poderia ter sido evitada caso as ações oftalmológicas e a entrega dos óculos tivesse sido realizada logo no início da Jornada, pois grande parte das evasões foram relacionadas a problemas de visão, tendo sido relatada a evasão por outros problemas de saúde ou por migração como outros dois fatores recorrentes, embora menos relevantes. Somente a título de ilustração descreve. (MST, 2018, p. 23).

Ainda segundo este relatório², outros fatores contribuíram para a evasão dos educandos, como: o período de colheita³, o período de fortes chuvas, a intensa migração em busca de melhoria de vida ou trabalho em outros estados, a precária condição das estradas e o atraso no pagamento de bolsa de educadores e coordenadores, que levaram à desmotivação e até à paralisação das aulas, estes fatores contribuíram diretamente, segundo os relatórios, para que o número de educando diminuísse. Embora o número de evadidos seja significativo e que deva ser trabalhado, aqueles que permanecem nas aulas até o final obtiveram excelentes resultados, já que dos 14.045 educandos frequentes, 13.863 foram alfabetizados. Vale ainda ressaltar que a Jornada conseguiu mobilizar, em dois anos de atuação, muitas pessoas diretamente e indiretamente, totalizando cerca de 30.500 educandos, tendo alfabetizado 20.982 jovens, adultos e idosos.

Os números não mostram todos os frutos da Jornada. O quanto ela foi importante para reaproximar pessoas que não se falavam a anos, devido à vida dura dos trabalhadores do campo e da cidade, promovendo o reencontro das donas de casas que moravam distantes das “cumades”. Foram tantos casos que não dá para mensurar em números o quanto é significativo aprender a manusear um lápis ou até mesmo uma “lapiseira”, poder ler seu nome e de seus filhos no registro e não se envergonhar com a pergunta: o senhor é analfabeto? Não precisar usar a almofada para pôr o dedo, de ter nos seus documentos o seu nome escrito por si mesmo, de saber ler o nome dos lugares, de não perder o ônibus ou até mesmo saber o número da poltrona que iriam sentar, de escrever o nome para bater o ponto do trabalho e saber contar as horas que trabalhou para não ser mais enganado... Seria frio demais apenas analisar os números, mesmo que sejam muito significativos, pois a Jornada iria muito além de metas numéricas, já que elas não preveem ver as lágrimas caindo quando se aprende a usar um lápis sem rasgar o papel, pois as mãos não estavam acostumadas com o peso do lápis, mas sim ao trabalho árduo de toda uma vida. A mesma emoção que presenciávamos nos jovens de 15 anos, que já tinham trabalhado muito mais que muita gente, gente que usurpou o direito dessas pessoas à educação. Continuaremos afirmando que a Jornada de Alfabetização do Maranhão - *Sim, eu posso!* e Círculos de Cultura teve a tarefa de mudar não só os indicadores municipais da educação, mas também a vida desses maranhenses que fizeram parte da Jornada.

² A Brigada Salete Moreno produzia mensalmente relatórios de cada município, do qual se extraía um relatório geral e que serviram de base para o Relatório Final da Jornada. Estes relatórios foram cedidos a mim, desde já agradeço ao MST pela colaboração.

³As colheitas acontecem em outros estados, como migração temporária, que por vezes se tornando permanente, que causa um intenso processo migratório.

Neste próximo capítulo, abordaremos mais detalhadamente as diversas dimensões do trabalho da Jornada, para que possamos desvendar os muitos processos de formação emancipadora que ela guarda em si.

2. O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO

A proposta do presente capítulo é abordar, brevemente, a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a educação, analisando alguns dos princípios filosóficos que norteiam suas atividades educativas, buscando compreender como eles dão subsídios para a condução da Jornada. Sendo o Movimento o principal guardião do método, *Sim, eu posso!* De alfabetização no Brasil, ao desenvolvê-lo imprime suas marcas pedagógicas, que são expressas nas ps realizadas ao longo da Jornada, conforme pretendemos demonstrar na segunda parte deste capítulo.

2.1 O MST como sujeito alfabetizador

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começa a aparecer como um movimento camponês no início da década de 1980, e nasceu oficialmente, em 1984, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Cascavel, no Paraná. Um movimento camponês que desde sua criação, decide por três objetivos que norteiam sua luta: a terra, a reforma agrária e transformação da sociedade.

A definição destes três objetivos parte do princípio que a conquista individual da terra por si só não bastaria, pois não altera a realidade do campo como um todo, teria de haver a reforma agrária, mas uma reforma agrária popular, que permitisse uma repartição da terra justa e igualitária. No entanto, a reforma agrária, apesar de modificar a forma de apropriação dos meios de produção, não transformaria o todo da sociedade. Nesse sentido, seria necessária uma transformação social para que a luta fosse realmente emancipatória. O MST compreende que não basta apenas a socialização dos meios de produção, pois é preciso que haja uma profunda mudança nas relações sociais, mudança esta que deve ser empreendida por um intenso processo de humanização. Este processo, promovido pela formação dos sujeitos, tem como tarefa a elevação cultural dos sujeitos, para que a transformação da sociedade se dê em todas as dimensões.

O método de organização do MST, com base na participação e na direção coletiva, possibilitou que este continuasse existindo, resistindo e se recriando após 34 anos de existência. Todavia, compreendemos que a negação do conhecimento impossibilita o avanço político, econômico, cultural e organizativo dos sujeitos. Por essa razão, quando o MST define como uma de suas linhas políticas “toda e todo Sem Terra estudando e lança em 2007, durante o V Congresso Nacional realizado em Brasília, a Campanha Nacional de Alfabetização, objetivando superar o analfabetismo nas áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária está

dando mais um passo na luta pela democratização do acesso aos direitos que são fundamentais. (LOPES; VARGAS, 2019, p. 56).

Nesse sentido, a educação sempre foi uma das principais bandeiras de luta do MST e é uma das primeiras tarefas de seus militantes na organização dos acampamentos, seja viabilizando a entrada das crianças nas escolas, salas de EJA, criando escolas itinerantes, ou promovendo a formação política de todas e todos que participam de um processo de ocupação. Aqui a educação é compreendida em sentido amplo:

A educação para o MST é “uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, quanto no sentido mais restrito da formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto da luta dos trabalhadores” (MST, 1996, p.6). Está para além dos muros da escola, e diretamente relacionada às matrizes constitutivas de uma pedagogia que tem por sujeito educativo o próprio Movimento: a história, a cultura, a luta política e social, a organização, o trabalho, o que lhe dá um caráter de educação popular [...] (ARAÚJO; LIMA; PEREIRA, 2019, p. 85).

A educação popular, baseada na teoria e ação de Paulo Freire, e muitas outras experiências das décadas de 50 e 60, serviram de matriz para a educação desenvolvida pelo MST, chamada de Pedagogia do Movimento.

É através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser que o Movimento “intencionaliza” suas práticas educativas, ao mesmo tempo que, a os poucos, também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta de sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em quem já a imaginava quase perdida. (CALDART, 2004, p. 316).

Ao longo de sua trajetória, o MST formulou princípios filosóficos e pedagógicos que norteiam sua prática. Seus princípios filosóficos dizem respeito à visão de mundo defendida pelo Movimento, a forma como enxerga as pessoas. Compreendendo a educação como o eixo de fortalecimento mais estratégico do MST, seus princípios filosóficos são: 1º Educação para a transformação social; 2º Educação para o trabalho e cooperação; 3º Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4º Educação com/para valores humanista e socialistas; 5º Educação como processo permanente de formação e transformação humana (MST, 2005).

Para nossas análises, vamos nos deter na compreensão destes dos 1º e 5º princípios, a fim de evidenciar como eles atravessam a práxis pedagógica da Jornada como um todo, da concepção aos processos formativos

O 1º princípio trata da educação para transformação social, o MST entende que para que isso aconteça é preciso que haja a formação de uma consciência de classe, fortalecendo a formação de militantes para a organização de trabalhadores, mas também do povo como

um todo. É preciso que haja uma educação massiva, formando uma consciência de classe e revolucionária. Nesse sentido, defende a educação como um direito de todos, em suas diversas formas, mas principalmente a escolarização. Esta educação deve estar organicamente vinculada aos movimentos sociais, em que cada escola dos acampamentos e assentamentos construa uma proposta de educação ligada às lutas do movimento e aos objetivos da organicidade do MST e de outras organizações de trabalhadoras e trabalhadores. A Jornada se insere aí como um processo de educação massiva, que para além da alfabetização pretende contribuir para forjar uma consciência de classe em todos e todas envolvidas neste processo.

No entanto, esta educação deve estar aberta para o mundo, não pode ficar fechada em si mesma, tendo como preocupação que haja abertura para novos horizontes, permitindo que os sujeitos enxerguem para além de sua realidade, projetando um futuro diferente. Desta forma, pretende-se preparar os sujeitos para ação, projetando que sejam capazes de fazer intervenções e transformações práticas e materiais na realidade, construindo novas relações sociais e interpessoais, mediadas pelas contradições que surgem no interior deste processo. Este seriam os processos preconizados como finalidades máximas da Jornada, pois, para o MST, a alfabetização não pode ser um fim e si mesma, é preciso que através dela os sujeitos se transformem e se sintam capazes de transformar a realidade a sua volta, o que nos leva ao 5º princípio.

Este 5º princípio nos diz que educação deve ser considerada “como um processo permanente de formação e transformação humana” (MST, 2005, p. 164), permeado pela crença no ser humano e em sua capacidade de transformação. Nesse sentido, deve-se considerar que as pessoas não se educam da mesma maneira e têm diferentes fases de aprendizagem, em que sua existência social é o fundamento base para a sua educação. Deve-se considerar ainda que “há toda uma carga social, ideológica que “educou” nosso povo para a inércia” (idem, p. 165), o que nos obriga a pensar o processo educacional de forma intencional, que não seja obra apenas da inteligência e do pensamento, mas também da afetividade, do sentimento, buscando efetivar uma educação verdadeiramente transformadora dos sujeitos e que os sujeitos organizados possam transformar o mundo.

Baseado neste conjunto de princípios e convicto de que é sua tarefa impulsionar processos de uma educação emancipatória, é que o MST vem se desafiando a conduzir processos formativos com o conjunto da classe trabalhadora. Entendo “que o analfabetismo não é uma condição individual, mas produto de uma sociedade extremamente desigual, mantida por um sistema de dominação social do qual a ignorância é um dos pilares” (MST;

SEDUC, 2016, p. 10), é que o MST se desafia a contribuir com sua superação, aceitando o convite de conduzir esta grande aventura pedagógica, que é a Jornada de Alfabetização do Maranhão, desenvolvendo uma teoria e ações pedagógica orientada para a transformação social.

2.2 A aventura pedagógica da Jornada de Alfabetização

A seguir iremos abordar cada um dos processos formativos que aconteceram na Jornada de Alfabetização no Maranhão. Do ponto de vista metodológico, estes foram divididos em etapas do processo, embora estejam interligados e muitas vezes ocorram de forma simultânea. Parte-se aqui do olhar dos brigadistas que integraram essa grande aventura pedagógica que foram os processos da Jornada.

2.2.1 A mobilização

A Jornada de Alfabetização do Maranhão teve a tarefa de mudar não só os números dos indicadores municipais da educação, mas também a vida desses maranhenses que direta ou indiretamente fizeram parte do processo. A Jornada nos municípios se inicia primeiramente com as mobilizações, um dos momentos mais lindos e interessantes do programa. Poderíamos dizer que a mobilização é uma das principais diferenças em relação a outros programas: o contato com o povo, a chegada dos brigadistas, o contato com o poder público, com as escolas, igrejas, sindicatos, ou seja, com todos aqueles e aquelas que poderiam contribuir de alguma maneira com o processo.

A chegada dos brigadistas aos locais era sempre assunto na cidade, era nítido no rosto do povo a curiosidade para saber quem era aquela gente, com as vestes diferentes, cabelos, sotaques, mas mesmo assim já eram chamados de “pessoal do *Sim, eu posso!*”, nome de um dos métodos utilizado na Jornada. Os brigadistas eram de diferentes estados, com vivência culturais diferentes, mas tinham algo de muito parecido, era a militância dentro do MST, pois apesar de muitos serem jovens, dedicavam sua vida a construir o Movimento, uma sociedade mais justa e humana.

Muitas vezes a chegada era tensa, pois os brigadistas não sabiam o que iriam encontrar, como seria a recepção dos municípios, se conseguiriam realizar a tarefa que lhes havia sido confiada. Era um turbilhão de sentimentos que tomava conta dos brigadistas ao desembarcarem nos municípios com suas mochilas cheias de tralhas, sonhos e a bandeira vermelha. A primeira tarefa era conseguir um lugar para se alojar, em alguns municípios tiveram grande apoio dos sindicatos, outros das igrejas e alguns das prefeituras, em outros a

dificuldade era maior, mas sempre encontravam uma mão amiga disposta a arrumar um cantinho até que os brigadistas alugassem uma casa, sempre conhecida como “casa do *Sim, eu posso!*”.

Cumprida a primeira tarefa, era hora de conhecer o território e o povo, mergulhar na realidade local, buscando entender a geografia, a cultura, os costumes, ver com os próprios olhos aquilo que tinham estudado na formação. Nos primeiros dois meses, a Brigada contava com um grupo de mobilizadores, que variava de 2 a 5 militantes do MST convocados para contribuir com o processo de mobilização de educandos, educadores e coordenadores de turma e divulgação e territorialização da Jornada. O primeiro passo neste sentido era fazer o trabalho de articulação política, buscar aliados, como líderes comunitários, caciques de aldeias, as prefeituras, câmaras de vereadores, sindicatos, gestores de escolas, líderes religiosos de terreiros a igrejas evangélicas, passando pelas pastorais; pessoas que pudessem ajudar a mobilizar o povo para estudar, arrumar espaços para as salas de aula, para reuniões, transporte para os povoados mais distantes e muitas vezes quase isolados pelas condições das estradas... Toda ajuda, de toda natureza, importava para a construção da Jornada, pois é preciso que todos estejam convencidos de que é preciso superar o analfabetismo e que esta é tarefa de todos e todas.

Em alguns municípios as prefeituras e suas secretarias estavam sempre dispostas a ajudar, já em outros a dificuldade era tremenda, pois manter diálogo com as prefeituras que não apoiavam o governo estadual não era tarefa fácil. Ali, os brigadistas tinham a grande tarefa de conscientizar que a Jornada era necessária para população e que isso contribuiria para o crescimento do município. Mesmo sem apoio das prefeituras, em alguns municípios, os brigadistas conseguiram mobilizar outros aliados, como os sindicatos rurais, grandes parceiros em muitas localidades, grupos de igrejas, terreiros, aldeias, professores, grupos de mulheres, artesãos e muitos outros, que foram criando uma teia de relações de solidariedade com o grande intuito de mobilizar o povo para dar início ao trabalho de base.

O trabalho de base consistia em ir de casa em casa, de comunidade em comunidade e de bairro em bairro nas sedes dos municípios, em busca dos futuros estudantes e educadores do programa. Esse era o momento de maior emoção, segundo os brigadistas, as batidas nas portas, as reuniões em que apresentavam a Jornada nas casas de farinha, nos bares, nas igrejas, nas aldeias, nos quintais e nas escolas aos olhares desconfiados de um povo desacreditado. Como convencer o povo maranhense, que teve tantos anos de educação negada, a estudar?

Uma das armas que a Brigada tinha a seu favor era a mística⁴ pois sentia e passava a confiança de que era possível, de que eles e elas poderiam aprender ainda na idade que estavam. Às vezes era necessários dois copos de café, ou até mesmo uma janta ou um almoço, duas ou três visitas e muitas horas de prosa para convencer alguém a se inscrever no programa. Eram muitos risos de um povo simpático, misturado a uma braveza, expressão de uma vida dura, desconfiança de tantas promessas não cumpridas, histórias de vida que se entrelaçavam, tudo isso era motivador para os brigadistas, pois este contato direto e diário com o povo fazia com que conhecessem profundamente a realidade do local, sua cultura, seus costumes. E a Brigada acolheu e recolheu muitas destas histórias...

As histórias de vida nos contavam essa história comum de trabalho, fome, pobreza, negação aos direitos básicos, de retirada das possibilidades e imposição a uma vida circular. Vidas de muitas Marias⁵ e muitos Josés que largam o estudo para trabalhar na roça ou cuidar de casa, ou que simplesmente não tiveram acesso à escola, legando aos filhos a mesma vida, sempre num mesmo ciclo. (FREITAS, 2019, p. 71).

Não foi fácil mobilizar o povo. Seria mentira dizer que foi, pois a condição já colocada ali por anos a fio era a de que “papagaio véio não aprende mais a falar”. Esta imagem teve que ser desconstruída e aos poucos os educandos sentiam que seria possível, pois acabavam se matriculando nas turmas, mesmo acanhados e com muito medo de mais uma vez estarem sendo iludidos por mais um programa de alfabetização que não iria dar certo. E diziam: “ah, eu vou, mas isso não vai pra frente, não!”, “se esse prestá vai ser o primeiro” ou até mesmo “põe meu nome aí fia, mas é só pra te ajudá”. Eram muitas falas nesse sentido, porém os brigadistas sabiam que seria diferente, queriam fazer diferente, e o povo acabava por se convencer, pois sentia a convicção e confiança dos brigadistas, que vinham acompanhados por gente do próprio povo, lideranças locais que já estavam convencidas de que a Jornada poderia dar certo, que seria possível alfabetizar.

O processo de mobilização já é um processo de formação, um despertar, conversa sobre a realidade e projeção de um novo caminho. Os brigadistas tinham tarefa não só de mobilizar o povo, mas também de o manter mobilizado, as visitas nos povoados, nas casas, iam fazendo com que o povo criasse uma dinâmica de mobilização permanente, com os horários marcados para cada reunião, o número de participantes aumentava. A notícia já

⁴ A mística deriva de mistério, vem para tocar o coração das pessoas animar a militância que luta por causa populares, muita utilizada na igreja católica e por movimentos sociais, a mística não é propriedade de nenhuma instituição.

⁵ Ver curta de animação “Vida Maria”, de Márcio Ramos, 2006, Ceará (Duração: 9 min, Formato: 35mm): https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4

corria pelos municípios, o povo já estava confiante de que iria ser diferente, a mística construída para os inícios das reuniões, com abraços, em que muitos dos que os recebiam não sabiam como agir. Os poemas lidos, as canções e a simpatia eram o forte nessas mobilizações e o cuidado com o perguntar se era analfabeto e o cuidado de como fazer o mesmo voltar a estudar era uma tarefa linda, diga-se de passagem. Foram vivências diárias com o povo que o fez confiar em si mesmo e assumir esta tarefa.

Esse café compartilhado, o almoçar junto, se interessar pelas frutas, flores, plantações, experimentar as comidas e os doces caseiros, cozinhar junto, ajudar no trabalho doméstico, lavar a louça, raspar mandioca, debulhar o feijão, comer o milho, participar dos festejos locais, pegar carona de moto, carro ou caminhão, ir e vir de pau-de-arara, ou seja, esse mergulho na vida e na cultura do povo maranhense, em meio ao trabalho cotidiano, foi mudando aquela primeira impressão das *malas e mochilas grandes, bonés vermelhos, roupas diferentes, sotaque estranho e palavras bonitas*. Para nós era imprescindível estarmos ali, conhecer o povo, falar com aqueles e aquelas que queriam voltar a estudar. E a cada conversa, a cada reunião, mais pessoas queriam se inscrever. (FREITAS, 2019, p. 69).

A grande mobilização foi a dos educandos, mas logo se iniciaria uma outra bem importante: o seletivo de educadores, educadoras, coordenadores e coordenadoras de turmas; um processo que já se iniciava na mobilização dos educandos e educandas. Tentando mobilizar gente das comunidades que tivesse interesse em educar, muitos diziam: “ah, a filha da dona Maria é gente boa e tem paciência vou mandar ela se inscrever”, alguns até mesmo se inscreviam a pedido dos pais analfabetos e outros pela oportunidade de uma renda extra. Além do “boca a boca”, foram usadas as rádios, carros de som, televisão, rede sociais para divulgar o processo seletivo.

A maior parte dos inscritos era das comunidades e povoados, gente que conhecia cada pedacinho de povo que mora naquele local. Isso foi um dos fatores que ajudou a mobilização do povo, pois sabiam que quem ia ensinar era gente deles e delas, pessoas que como eles narram: “era gente honesta e de coração bom”.

2.2.2 A formação dos educadores/as e coordenadores/as de turma

Passado o seletivo, no qual a maioria dos candidatos era das comunidades onde as turmas seriam formadas, seria hora de iniciarmos os processos de formação. Um processo que seria difícil, pois a maioria dos educadores já tinha formação e seus próprios métodos. Como tentar fazer com que os mesmos entendessem e executassem os métodos propostos pela Jornada? Tratava-se de uma proposta de educação popular, uma educação que têm princípios norteadores humanizadores e que precisa ser executada não só com a cabeça, mas

com o coração, precisariam ter sensibilidade para serem educadores populares, como formá-los, e por quê?

A pergunta seria respondida a partir das primeiras mobilizações. Era visível que para acabar com o analfabetismo era preciso fazer diferente e a educação popular proporcionava isso, na medida em que possibilitava que as vivências e estudos não fossem algo de fora para dentro, mas que fosse de dentro para fora.

O processo de formação não é fácil, pois a maioria dos profissionais já chega com suas práticas pedagógicas consolidadas e de certa forma desencantados com a educação, a Jornada apresenta algo completamente distinto, tanto do ponto de vista pedagógico, como humano. Ela se propõe a desenvolver métodos diferenciados, calcados na educação popular que compreende a tarefa educativa como um processo de formação humana, intelectual e política. Caberia, então, aos educadores, não apenas ensinar os rudimentos da leitura e da escrita, mas contribuir para a formação de uma leitura crítica do mundo, construída coletivamente, em que educandos e educadores fossem construtores deste processo de educação.

Mas como formar pessoas para serem educadoras populares? Esta era uma pergunta que os brigadistas tinham que responder e fazer acontecer; viver e ver a educação popular como uma prática de transformação e mobilização de muitas pessoas. Nesse processo de formação, que se tornou praticamente diário, teriam que dar conta, para além dos conteúdos formais, de tantas experiências e saberes que tinham e que foram compartilhados nessa Jornada, nas turmas e pelas comunidades. Vivências de uma experiência de educação popular em lugares onde por tantos anos a educação vinha sendo negada e os direitos sempre usurpados.

Outra pergunta que rondava a cabeça da Brigada era: como fazer com que os educadores não encarassem a Jornada apenas como mais uma renda extra no início do mês? Como um “bico”, que complementaria outros trabalhos? A Jornada, para funcionar, precisa de dedicação de todos, uma dedicação que não é somente de tempo, mas sensível, pois é preciso sensibilidade para trabalhar com este público. Essas perguntas foram sendo respondidas com o tempo e muito trabalho de formação. As desistências seriam inevitáveis. Havia aqueles que não se identificavam com a educação popular; os que nas formações foram se dando conta de que não seria só mais um programa-fantasma, como tantos outros anteriormente implantados, mas que ao contrário iria haver acompanhamento permanente de um movimento popular; os que perceberam que não dispunham de tempo para assumir o processo coletivo e permanente de manter o povo mobilizado.

A Jornada dispunha de dois principais espaços de formação: formações específicas sobre concepção e metodologia, formações continuadas nos Plantões Pedagógicos. Eram dois momentos de formações específicas, a primeira sobre o método *Sim, eu posso!* e introdutória às concepções pedagógicas que norteiam a Jornada, e a segunda tratava dos Círculos de Cultura, aprofundando as reflexões sobre a educação popular, ambas com carga de 40 horas. Porém, o processo de formação permanente se dava nas reuniões semanais, nos Plantões Pedagógicos, em que coordenadores, muitas vezes acompanhados dos brigadistas, reuniam os educadores das turmas pelas quais era responsável (em média 7 turmas), para estudo, avaliação da semana e planejamento da próxima. Este processo era enriquecido pelas visitas que coordenadores faziam às turmas quinzenalmente, fazendo deste um rico momento de vivência coletiva e de troca permanente de experiência.

Dentro dessas inúmeras experiências podemos olhar para o coletivo de educadores e vermos elas e eles dispostos a ensinarem, mesmo com bolsas e consultas oftalmológicas atrasadas, sem dinheiro para pôr gasolina e muita das vezes nem para comer. Seguraram três meses de aulas com bolsas atrasadas, o que causou, muitas das vezes, desmotivação. Nas reuniões havia relatos das condições de vida de alguns, que tinham como a única renda a bolsa de 600 reais disponibilizada pelo programa, mas a desmotivação não se refletia nas aulas, pelo contrário, segundo relatos da Brigada, as turmas eram sempre alegres e cheias, nas quais podia se sentir que a chama do encanto pela educação tinha sido reavivada nesses coletivos de educadores.

2.2.3 Sim, eu posso! Alfabetizar, alfabetizar!

Como já afirmamos, o método cubano, *Sim, eu posso!* Já havia sido executado no Maranhão no governo de Jackson Lago. Uma primeira experiência que contribuiu para iniciarmos o caminho de superarmos a chaga do analfabetismo no estado. O método já possibilitou a alfabetização de mais de 8 milhões de pessoas em mais de 15 países, de acordo com os parâmetros da organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). No Brasil, o guardião do método é o MST, que, desde 2006, desenvolve o trabalho de alfabetização em suas áreas de assentamentos e acampamentos, utilizando o *Sim, eu posso!*

O método se apresenta como novo devido ser caracterizado por uma ação alfabetizadora de abordagem analítico-sintética, ou seja, o processo de alfabetização parte sempre de uma contextualização, do estudo de uma frase que contém a palavra integradora,

que servirá de base para a aprendizagem. A proposta metodológica consiste em aulas presenciais, que são mediadas por um educador diariamente, a partir de recursos audiovisuais, recebendo o apoio pedagógico de um coordenador, que colabora no processo de ensino-aprendizagem.

A metodologia utiliza no processo alguns instrumentos que auxiliam como suporte pedagógicos: instrumento tecnológico (vídeo-aulas) e acessórios visuais (cartilha do alfabetizando). As vídeo-aulas têm o formato de uma “novela”, que se passa em uma sala de aula de alfabetização de jovens e adultos, onde os educandos vão se alfabetizando com o passar do tempo, sempre retratando situações semelhantes às vivenciadas pelos educandos na condição de analfabeto.

A partir do estudo de uma frase que contém a palavra integradora, que servirá de base para a aprendizagem, as letras do alfabeto são associadas a números, partindo do pressuposto que os jovens e adultos têm mais familiaridade com os números embora não consigam escrever sua representação gráfica. Esta associação permite com que aos poucos decodifiquem as letras, formando novas palavras e novas frases.

A experiência da Jornada demonstra que a utilização dos recursos audiovisuais e de atividades lúdicas são facilitadores da aprendizagem e por este motivo, a pedido da Brigada, Marquinhos Monteiro, músico popular do MST, compôs músicas para as aulas, que se referiam ao *Sim, eu posso!* e que eram cantadas em todas as salas de aulas, como a que segue abaixo, que se refere à correspondência entre os número e as vogais e ainda aborda valores disseminados pela Jornada.

Para escrever não basta só usar o olho
Usar o fura bolo, com o apoio do mata piolho.

Vamos agora estudar
O “um” representa o “A”

Pega no lápis seu José
O “dois” representa o “E”

Sei que eu posso sim
O “três” representa o “I”

Ser solidário é bem melhor
O “quatro” representa o “O”

Lutar para o bem comum
O “cinco” representa o “U”

Ter uma telenovela nas salas de aulas, com personagem que tinham a história de vida parecida com a dos educandos, fazia a diferença, muitos tinham seus personagens

favorito, se afeiçoavam por Ângela, a professora da telenovela, por Aparecido, o apresentador e por outros tantos personagens, muitos protagonizados por militantes do MST, que não eram atores, tendo sido alguns deles alfabetizados durante o processo das gravações, que aconteceu em Cuba, em 2005.

Muitos educandos comentavam durante o caminho de volta para casa sobre a palavra integradora, as salas de aulas, nos quintais, nas casas de farinhas, nas casinhas de taipas que juntavam os educandos, pais, mães, vizinhos, avós, que muitas das vezes foram alfabetizadas pelos netos, e muitas crianças que rondavam as aulas com seus olhares curiosos.

As turmas que aconteciam nas escolas, junto a outras turmas como o Ensino Médio, tinham fatos interessantes, como nos casos em que idosos, na hora do intervalo, montavam as frases com os números e desafiavam os alunos do Ensino Médio a lerem. Os mesmos não conseguiam e depois os idosos montavam as frases em letras, revelando o enigma e ainda diziam: “viu como eu não sou mais analfabeto?”.

Era bonito de ver a sala criando vida, com os exercícios expostos nas paredes, com ornamentações aconchegantes, que iam fazendo com que os espaços não fossem apenas a casa de farinha, mas a casa de farinha da sala do *Sim, eu posso!*. Os ambientes alfabetizadores contavam muito para a aprendizagem dos sujeitos, fazia com que eles se sentissem construtores permanentes daqueles espaços, lhes dava pertença.

No início da Jornada foram disponibilizados pelo Governo do Estado os kits para cada educando: camisa, lápis apropriado para alfabetização de jovens e adultos, caderno e uma mochila. Era gostoso de ver a reação das pessoas recebendo os kits, tudo era motivo de comemoração.

O método teve duração de 4 meses, mas houveram alguns atrasos que seriam determinantes para alfabetização dos sujeitos, com as consultas oftalmológicas, que seriam disponibilizadas pelo Governo do Estado. O atraso nas consultas prejudicou os educandos. Muitos tinham problemas de baixa visão e não tinham condições financeiras para fazer as consultas por conta própria. Era de partir o coração ver os olhos lacrimejando no esforço de enxergar as letras.... Os educadores e educadoras eram muito bons e construía estratégias para auxiliar estes educandos, escreviam em letras grandes para que todos pudessem ver, faziam atendimento individual, mas mesmo assim muitos não conseguiram prosseguir nas aulas e tiveram que abandoná-las.

A Brigada tinha a tarefa diária de saber dos óculos e das consultas oftalmológicas em conversa com o Governo do Estado, conversas que sempre prometiam uma nova data, sempre adiada. Nas visitas de turmas, muitas das vezes depois do “boa noite”, vinha a

pergunta: “cadê os óculos? ”. O fato era que não eram somente os óculos a demorar, o que os educandos sentiam era a perda da oportunidade de enxergar as letras e números para poder se alfabetizar, com isso houveram inúmeras desistências, que não foram por falta de tentativas, foram embora porque a dor era maior.

Os que conseguiram chegar até o final dos quatro meses de método *Sim, eu posso!*, conseguindo escrever seu nome e pequenas frases, tiveram a felicidade de ver um sonho se tornando realidade. Não havia provas mensais para medir o conhecimento, mas havia a carta final proposta pelo método, que cada educando tinha que escrever para alguém. Muitos escreveram para os filhos distantes, outros para as esposas e muitos para os amigos, ou mesmo educadores. Era tanta felicidade expressa naquelas cartas, pois elas representavam um diploma pela conquista da escrita e da leitura, sabiam que ali era apenas um primeiro passo, sabendo também que o *Sim eu posso!* Era apenas alfabetização e não uma faculdade, mas talvez fosse uma faculdade de experiências de vidas.

Mas a tarefa era a continuidade, o aperfeiçoamento da leitura e da escrita e de uma leitura do mundo. Muitas turmas cresceram e outras diminuíram no decorrer do processo, muitos fatores já ditos contribuíram para isso, fato é que os Círculos de Cultura já estavam prestes a iniciar e as mobilizações e formações já haviam iniciado.

2.3.4. Círculos de Cultura

Os Círculos de Cultura se apresentam como uma forma transformadora de pensar e organizar processos educativos, pois vão além de uma sala de aula, na medida em que se contrapõe à pedagogia tradicional, em que a organização do ensino é centrada nos educadores, para valorizar processos em que educandos e educadores dialogam, mediados por sua experiência de mundo. Nos Círculos de Cultura o educador ou a educadora mediará e motivará as discussões e produções, possibilitando que todos ensinem e aprendam a partir de temas da realidade local. Entendendo a alfabetização “como a ação capaz de levar o analfabeto a pensar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação” (FREIRE, 2000, p. 25).

Nos Círculos as vivências construídas eram de suma importância, pois as aulas se tornavam grandes comemorações e rodas de debates. Poderíamos dizer que os educadores que participaram dos Círculos fizeram o que propõe Paulo Freire, se tornaram animadores de debates, com motivação diária, de forma interativa para trabalharem a palavra geradora, problematizando a vida do educando e de sua comunidade, para se estender à realidade como

um todo. Esta era uma tarefa de uma magnitude enorme.

O Círculo de Cultura não é uma técnica, não pode ser compreendido como um grupo para desenvolver tarefas ou uma roda de conversa sem consequências na vida das pessoas. Temos que cuidar para que o termo não entre em defasagem e confusão generalizada que o desqualifique, desviando-o de sua construção real, que é implementar ações culturais em diálogo com os sujeitos, na disposição de envolvimento nas lutas por direitos. Ação cultural para a liberdade, como nos ensinou Paulo Freire. (CÉSAR; ARAÚJO, 2019, p. 108).

Neles os educandos se sentem parte do processo, fazendo com que as turmas sejam um espaço de aprendizagem coletiva e não hierarquizada, com uma educação horizontal. A forma como os sujeitos são vistos faz com que cresçam e se posicionem, com a sua própria leitura de mundo, a partir da sua realidade.

O educador tem que conhecer a realidade da localidade e da vida dos seus educandos, suas histórias de vida e da comunidade. O mesmo tem que estudar e planejar qual tema se encaixa na realidade dos educandos, tendo como referência os eixos que foram definidos previamente por um estudo feito pela Brigada Salete Moreno, a partir das realidades locais de cada comunidade. A partir deste estudo, foram definidos os seguintes eixos de trabalho:

Tabela 08. Eixos temáticos norteadores do trabalho com os círculos de cultura

História, Cultura e Identidade	Trabalho
História e vida	
História e memória local	Direitos trabalhistas
Etnia	Emprego e geração de renda
Classe social	Trabalho como princípio educativo
Práticas culturais	Produção cultural e artística com trabalho
Família	
Terra e Território	Direito e Democracia
Meio ambiente	Educação (EJA – continuidade; práticas educativas informais)
Concentração fundiária	Cidadania
Desmatamento	Participação
Seca	Transporte
Saúde	Meios de comunicação
Alimentação saudável e produção	

Fonte: Caderno do Educador – Círculos de Cultura, 2018, p. 5. Elaboração Brigada Nacional de Alfabetização Salete Moreno

A partir destes Eixos Temáticos cada coletivo de educadores construía um processo de seleção de temas, definidos coletivamente nos Plantões Pedagógicos, tendo como base as histórias de vida e comunitárias da localidade em que atuavam. Os temas, escolhidos como desdobramento dos Eixos Temáticos, tornavam-se problematizações sobre a vida dos educandos e educadores de cada município, de sua realidade local, desvelando processos

sociais naturalizados durante anos, não perdendo de vista o objetivo de aperfeiçoamento da leitura e da escrita.

O exercício da leitura e da escrita no Círculo de Cultura se alicerça no debate das questões centrais presentes nas formas de produção e reprodução da existência, nas ações do cotidiano como: trabalho, coletividade, alimentação, saúde, formas de organização comunitária, política, economia, direitos sociais, religiosidade, cultura, entre outros. Questões estas que estão relacionadas à prática social, buscando intervir e alterar as atuais relações no mundo do trabalho e na vida dos educandos, com a compreensão de que o processo de ensino-aprendizagem deve considerar os sujeitos em todas as suas dimensões. (MST; SEDUC, 2016, p. 16).

Ao contrário de outros métodos de ensino utilizados na alfabetização de jovens e adultos, no qual a metodologia de ensino que era pensada e utilizada de fora para dentro, os métodos de ensinamentos propostos pela Jornada são o oposto dessas experiências, pois os dois métodos utilizados na mesma têm como princípio a realidade dos jovens e adultos.

A Jornada, de forma geral, mobilizava muita gente, mas os Círculos tinham como finalidade última estender seus processos para além das salas de aula e conseguiam, com feiras culturais, cinema da terra, gincanas e muitas outras atividades que partiam da iniciativa de educandos e educadores, da própria comunidade, mas também da Brigada.

2.2.5. Mobilização Comunitária

O contato com o *Sim, eu posso!* Era sempre muito amigável, porém sentíamos o espanto em alguns temas, como os relacionados à sexualidade, sobre as mulheres assumirem o comando muitas das vezes financeiros em casa, como acontecia com coordenadoras e educadoras, ou até mesmo das educandas ao ter acesso à escola. Muitas das vezes eram surpreendidas por questionamentos ou até mesmo sendo impedidas de irem para as aulas por ciúmes dos companheiros. Foram muitos casos de machismo, mas percebíamos que as formações pedagógicas influenciaram diretamente na vida dessas pessoas, na sua grande maioria mulheres, com as atividades culturais, os filmes, as aulas públicas, rodas de conversa, plantões pedagógicos e formações coletivas, que iam dando espaço para reflexões sobre como estar no mundo. As atividades de mobilização comunitária também agitavam os povoados e a sede: as consultas médicas para os óculos e a entrega dos óculos, festinhas de aniversário nas turmas, festa junina, noite de música e poesia, bingo, cinema da terra, forró, etc. Tudo virava festa, motivo para compartilhar comida, sucos e boas risadas. Modos de lidar do povo, em que íamos compreendendo, conjuntamente, que o processo de aprender a ler e escrever vai muito além da sala de aula e fomos compreendendo melhor sua trajetória.

Viver junto ao povo local e molhar-nos da cultura maranhense foram maneiras de construir laços com as pessoas, de contar e, principalmente, escutar histórias. Contamos nossas histórias, de nossas terras, de onde viemos e de como nos organizamos no movimento popular. Organização dos que não sabiam ler, dos que não tinham casa, não tinham terra, não tinham onde plantar e se organizaram para conquistar tudo isso. Eram histórias que às vezes soavam distantes da realidade dali, mas que foram compondo uma constelação de elementos de identificação das pessoas conosco. Nos entendiam mais próximos deles e delas, como gente da gente, como povo, às vezes de outro lugar, às vezes de bem ali. (FREITAS, 2019, p. 69).

Momentos coletivos que reavivavam uma chama de esperança. Momentos que juntavam não somente os educandos e educadores, mas também gente da comunidade, dos povoados. Eventos que superavam os significados imediatos do seu acontecimento. Uma festa de aniversário tinha o peso de toda uma vida para quem nunca havia comemorado aniversário

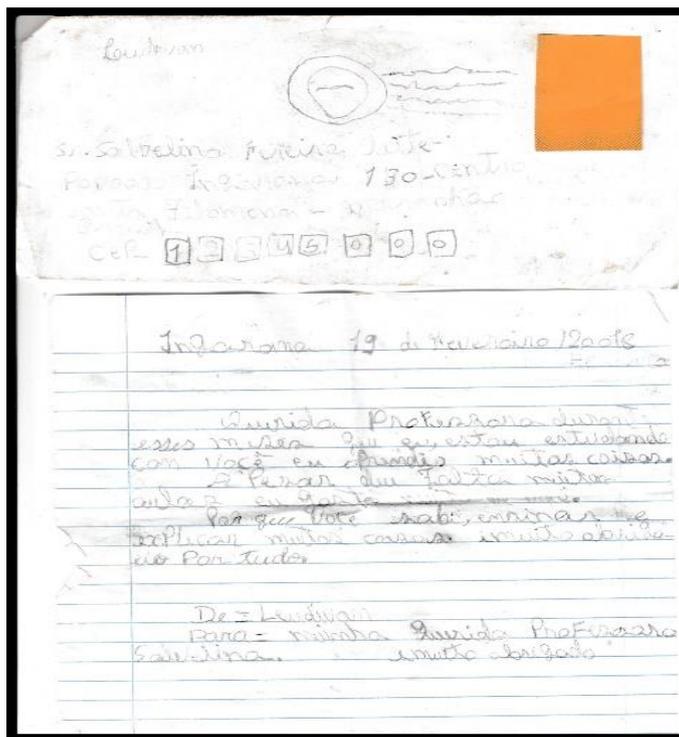
E não foram poucas as histórias da primeira vela apagada, do primeiro bolo cortado, da primeira vez que aqueles homens e mulheres puderam parar um tempo da sua vida para comemorar o seu dia de nascimento.

Realizar uma sessão de cinema no interior dos povoados era motivo mais que de sobra para reunir todas as crianças do local. Não importava o filme, mas era a realização do evento que trazia a mística de querer fazer parte, de ver aquela imagem projetada nas paredes das casas de taipa. Comer pipoca e tomar um suco natural eram sinônimos de uma solidariedade comunitária, em que os laços comuns se apertavam ainda mais, para enfrentar as dificuldades cotidianas.

A transformação das pessoas ao longo do processo era bonita de se ver. Algumas comunidades, povoados e ruas em que os vizinhos mal tinha contato um com o outro, tiveram uma mudança no seu cotidiano, que retomava laços que alguns já tinham esquecido, criaram laços de empatia com a educadora, que faziam com que as aulas fossem dinâmicas e atraentes para que os educandos e educandas se sentissem parte da turma e retornassem às aulas.

A Jornada foi, é pensamos que ainda é, um fato determinante na vida dessas pessoas que dela fizeram parte, direta e indiretamente, contribuindo com as casas, com tomadas, lanches, bancos de igrejas. Dentro dessa Jornada podemos perceber que mesmo com tanto sofrimento de uma vida dura, de trabalho árduo e de governos usurpadores, a bondade ainda existe no povo e a esperança também.

Figura 1. Carta do educando Leudivan para sua educadora Salvelina



Fonte: acervo pessoal, 2018.

3. FILOZINHA DE AÇÚCAR

Neste capítulo, aprofundaremos a descrição e análise da experiência educativa tomando como foco um dos municípios nos quais a Jornada se desenvolveu, Santa Filomena do Maranhão. Para tal pretendemos realizar uma breve contextualização da realidade em que se deu a implementação da Jornada, bem como as metas e resultados estabelecidos para o município. Pretende-se, ainda, abordar elementos, vistos pelos próprios sujeitos da Jornada, que podem ser chamados de processos emancipatórios vividos pelos mesmos.

3.1 A Jornada de Alfabetização em Santa Filomena do Maranhão

O município no qual assumimos a tarefa de contribuir para mudar os dados do analfabetismo e conseqüentemente a realidade local foi Santa Filomena do Maranhão. O município se localiza na mesorregião centro maranhense, microrregião geográfica do Alto Mearim e Grajaú. Região pré amazônica, com a área de 602,341 km², correspondendo a 0,18% do território estadual (CENSO IBGE/2010). Uma cidade meiga, se assim podemos dizer, pois a cada “andança” pelas ruas e povoados tínhamos certeza de que voltaríamos com novos ânimos ou melhor com as energias renovadas. Em Santa Filomena, 2.293 pessoas vivem na área urbana e 4.768 na zona rural, totalizando 7.061 habitantes no município, com uma densidade demográfica de 11,72 hab./km² (IBGE/2010).

Ao analisarmos as condições de trabalho e renda dos moradores de Santa Filomena, podemos perceber a falta que fizeram e fazem as políticas públicas de geração de renda, já que 52% da população do município vive em condições de extrema pobreza, sendo que destes, 75,6% vive na área rural. Sendo assim, Santa Filomena é o 7º município com maior percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza do estado do Maranhão. Ainda no cenário econômico, 71% da população está ocupada no trabalho agropecuário e há apenas 211 pessoas registradas com emprego formal, sendo que 95,7% destes estão na administração pública. O programa Bolsa Família representou, no ano 2014, 8,9% do PIB do município, refletindo a preocupante realidade em que 52,6% da renda do município está vinculada à transferência de renda ou à aposentadoria (IMESC, 2015).

Filózinha, como era carinhosamente chamada pelos coordenadores municipais da Brigada de Alfabetização, é uma cidade empobrecida, não de cultura e força social, mas pela escassez de políticas públicas e de investimento, principalmente em educação. Entre 2000 a 2010 houve um aumento significativo na dimensão “educação” do IDHM, passando de 0,168 (2000) para 0,434 (2010), porém ainda está classificada como muito baixa pelo PNUD. Ao

analisarmos os dados referente à taxa de analfabetismo, em 2010, data do último CENSO, eram contabilizados 1.461 analfabetos, o que representa um universo de 31,6% das pessoas maiores de 15 anos, um número alarmante, mesmo quando comparado à taxa do estado do Maranhão (20,9%). O próprio IMESC (2015) aponta que o município pouco conseguiu abarcar deste universo de analfabetos, já que, em 2013, registrou apenas 202 matrículas na Educação de Jovens e Adultos - EJA, em nível fundamental, 140 matrículas na zona rural e 62 na zona urbana, sendo que apenas duas escolas oferecem o EJA.

Esta realidade fez com que Santa Filomena do Maranhão estivesse entre os 30 municípios com menor IDHM do estado e fosse incluída entre os 15 municípios em que a Jornada atuou em sua segunda fase, entre os anos de 2017 e 2018.

Antes de chegarmos ao município nos assustamos com dados do IMESC apresentados na formação, mas estes só nos aguçaram ainda mais a atuar no município. Na estrada, a caminho de Santa Filomena, só passava por nossas cabeças ideias de como seria a realidade desse município: imaginávamos a fome, as distâncias, como era a saúde local..., mas, enfim, quando chegamos levamos um banho de água fria,. Filomena, como outros municípios que compõem o Plano, era um município rural, onde a maior parte da sua população vivia no campo, os sorrisos largos, os bons dias, boa tardes e boas noites, sua hospitalidade era dar um nó na cabeça. Por que existiam dados tão ruins sobre Filomena, como tantas dificuldades poderiam ser traduzidas em tanta gentileza? - nos questionávamos até o momento das mobilizações para formar as turmas que fariam a história de fato acontecer.

Era preciso começar a mobilizar o povo, divulgar a Jornada. No primeiro contato a procura de um carro de som, este não foi encontrado, a opção seria alugar um trio elétrico. Não havendo outro jeito, os brigadistas subiram no carro de som e iniciaram o convite à população, dizendo a hora e o local da reunião para as matrículas, mas já levantavam a hipótese de que boa parte das pessoas não iria comparecer, devido à vergonha de não saber ler ou escrever. Mal sabia o povo que existia até um “plano c”, pois a Brigada não desistiria de seu intento de formar 48 turmas de alfabetização de jovens e adultos em Santa Filomena. Para isso acontecer, utilizaram da boa e velha conversa, vestiram-se de sorrisos, com uma prancheta, camisa e boné vermelho com os símbolos do MST, uma mochila nas costas, foram batendo de porta em porta, em busca não só de mudar os indicadores, mas a realidade da vida dos filomenenses. E depois de tantos os sorrisos, prosas e tantos cafés já tinham conquistado não só as matrículas, mas também os corações e almas de futuros educandos, educadores e

de muita gente da comunidade, que se propunha a ajudar divulgando, cedendo um espaço para uma reunião, ou uma janta para a Brigada depois de um árduo dia de trabalho.

O trabalho em Santa Filomena foi árduo, mas com o processo de mobilização tivemos a possibilidade de constituir um coletivo de educadores e coordenadores comprometido com a tarefa de alfabetizar, que desenvolveu suas tarefas para além das expectativas. Para Filozinha, a meta inicial de mobilização, estabelecida pela Brigada, foi de 48 turmas, cada uma composta por 15 educandos, porém a mobilização fez com que esta meta fosse revista. Dado o grande número de inscritos e a divisão geográfica do município, ficou estabelecida uma meta de constituição 68 turmas, com 10 educandos em cada, sendo 10 turmas na sede e outras 58 nas comunidades rurais. Para realizar o acompanhamento pedagógico da Jornada, o município contou com dois brigadistas e um coletivo de 7 coordenadores de turma, cada um responsável por realizar o acompanhamento de até 10 turmas.

A Jornada em Santa Filomena foi um mergulho nos vários tipos de mobilização popular: houve a mobilização para matrículas, o processo seletivo, a mobilização da vizinhança para emprestar os assentos, construção das salas de aulas e muitas outras contribuições para animar a população a se envolver de alguma forma nas atividades. Como diriam os coordenadores municipais da Brigada: eita, povo mobilizador!

As aulas em Filomena foram iniciadas com a realização de uma aula inaugural, aberta para toda a comunidade. A atividade estava marcada para começar às 19:30, mas o que chamou a atenção é que às 19 horas em ponto todas as cadeiras estavam preenchidas... o povo botou sua melhor roupa para prestigiar a atividade, víamos a esperança no rosto deles, mesmo que misturada a certa desconfiança por tantos processos iniciados e deixados pela metade. A mesa foi composta por lideranças e o poder público local, além dos componentes da Brigada Salete Moreno. Após as falas vinham as perguntas: quem vai ser o meu professor? Que dia vamos começar a ter aula? revelando a ansiedade em participar da Jornada.

Figura 2. Aula inaugural em Santa Filomena.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Passada a aula inaugural era hora de formar o coletivo de educadores e coordenadores para atuar com o método *Sim, eu posso!*. Inicialmente houve dificuldades operativas e de infraestrutura, tendo em vista que o recurso para a formação não estava disponível. A realização desse processo de formação só foi possível por conta das articulações com os parceiros no município e a disposição de todos os envolvidos, revelando já um forte espírito de colaboração. O fato é que a formação do método despertou curiosidade em alguns e medo em outros de não darem conta, no entanto, os formadores do método esperavam por isso: era algo novo para quem já tinha 10 anos ou mais lecionado com sua metodologia. Ficava lançado o desafio de transformar sua prática pedagógica.

Passados três meses, era chegada o grande dia: as aulas iniciaram! Muitas turmas ainda tinham dúvidas sobre método, mas tudo ia sendo sanado nos Plantões Pedagógicos, realizados no quinto dia da semana, entre educadores e coordenadores e que de fato contribuíram para que os mesmos compreendessem a proposta do método e trocassem experiências.

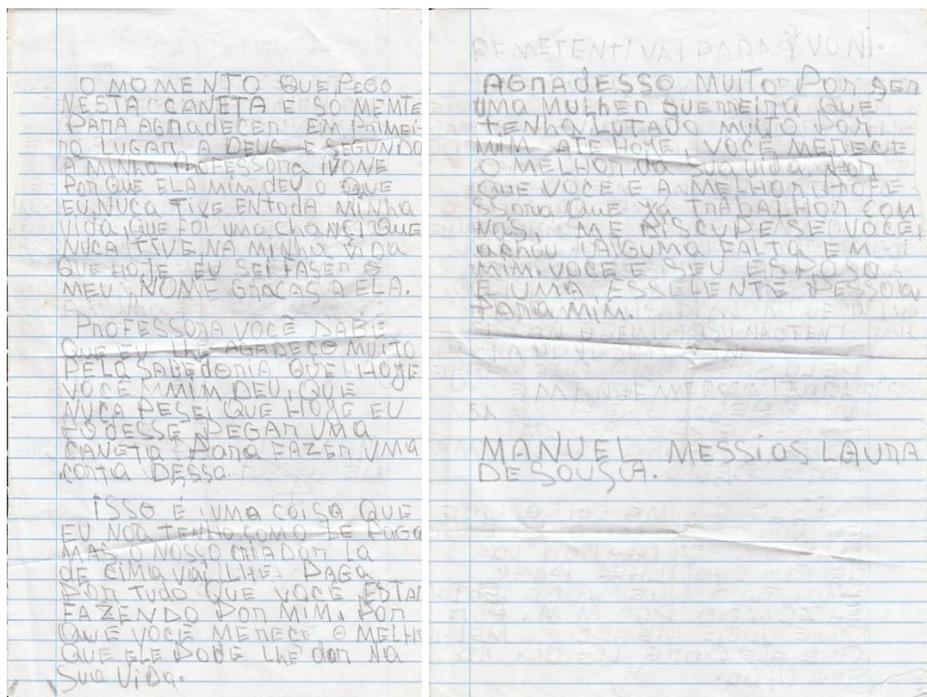
O que mais nos chamava atenção nos Plantões Pedagógicos era que ali não era somente um espaço de formação sobre o método *Sim, eu posso!*, havia uma mística no coletivo de educadores locais, que se expressava também nos ambientes alfabetizadores, que foram construídos coletivamente com cartazes, que ornamentavam os espaços, o canto da memória e muitos outros espaços construídos por eles.

O processo de alfabetização foi muito gratificante para todos e todas, mas para alguns foi dolorido pela falta dos óculos ou de uma cirurgia oftalmológica, que impossibilitava o processo de alfabetização. Entretanto, os educadores e educadoras tornaram a educação uma arte e construía estratégias de ensino para superar as dificuldades, escreviam com letras grande nos quadros, faziam visitas em domicílio para ajudar quem não tinha conseguido enxergar devido à luminosidade, festinhas para animar a turma, quando sentiam que os educandos estavam desestimulados.

Nos moldes em que foi pensada a Jornada, levando em conta todas as suas adversidades e diferenças, tudo era pensado com cuidado, como o lápis que foi escolhido para a alfabetização dos mesmos. Era um lápis mais grosso, triangular e com a ponta também mais grossa para possibilitar a maior firmeza da mão. Muitos, até aquele momento, nunca tinha pegado em um lápis, alguns não sabiam como segurar, muitos, mais acostumados com a enxada, a foice, com o cacete de quebrar coco. Muitas das vezes rasgavam as folhas do caderno com a força que colocavam no lápis para escrever e era realmente encantador ver o aprendizado construído na primeira palavra escrita sem ajuda de ninguém. A felicidade do acontecido era uma felicidade coletiva, da qual a turma se orgulhava e dizia: na nossa turma todo mundo vai ser alfabetizado e vamos esquecer a almofadinha.

Com o passar dos meses e as turmas já organizadas, após 4 meses no processo de alfabetização do método *Sim, eu posso!*, chegava o momento de escreverem as primeiras cartas. Não foi pouco o entusiasmo e grande felicidade posta nas cartas, alguns conseguiram escrever várias frases, outros, ainda com inúmeras dificuldades devido à dificuldade de visão, escreviam com o auxílio dos educadores, muitos levavam consigo as “colinhas” dos números para não esquecer a letra desejada, entretanto, a maior alegria era poder escrever e ler a carta. Escreviam para as esposas frases tão apaixonantes que o amor parecia ser reavivado, não poucos escreviam para os filhos de longe e ficavam imaginando a surpresa destes ao lerem as cartas dos pais feitas de próprio punho. Muitos também escreveram para a educadora ou educador agradecendo tanto empenho. O afeto era de dar gosto e merecia uma formatura para essa primeira conquista, afinal depois de tanto tempo sem saber ler e escrever essa é uma conquista sem tamanho, visível nos rostos de cada um que se propôs a voltar a estudar.

Figura 3. Carta do educando Manuel para sua educadora Ivone



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Ao final dos quatro meses do método *Sim, eu posso*, era tempo de dar continuidade à formação de educadores e coordenadores com foco nos Círculos de Cultura, onde percebemos que já havia uma grande diferença da recepção do novo método. Os educadores já se sentiam preparados para a nova etapa, os brigadistas já sentiam que, mesmo sem a formação, os educadores e coordenadores já cultivam os Círculos, os mesmos já faziam dinâmicas e interagem como animadores do processo, tanto que a formação do Círculo foi composta por muita mística e troca de aprendizagem.

Ao iniciarmos os Círculos de Cultura em Filomena, como tradição da dinâmica criada com a Jornada, tinha de haver festa nas turmas. Para isso, os educadores e coordenadores usaram e abusaram da imaginação, ornamentaram, dividiam as tarefas e os pratos que iriam alimentar a festa, era uma grande partilha da qual toda a comunidade fazia parte.

Este foi um momento tão importante quanto foi o início das aulas. Em muitas turmas surgiam emocionantes relatos de história de vida, muitos nunca tiveram a oportunidade de contar como foi difícil, alguns tinham vergonha, mas quando alguém tomava a iniciativa era um efeito cascata, todos contavam e era bonito de ser ver como aquelas turmas iam criando laços tão importantes e como as comunidades ficaram mais próximas.

Algumas turmas, durante os Círculos de Cultura, foram se esvaziando e outras se enchendo. Devido ao período de colheita e plantação, para não perder os educandos, algumas

educadoras iam às casas dos educandos aos finais de semana ou feriado. E ainda havia todo um trabalho de mobilização comunitária que animava o povo.

As atividades de mobilização eram incríveis. Quanta sensibilidade era vista em Filomena de açúcar! Era interessante notar como as pessoas se respeitavam, mesmo havendo intrigas históricas entre os mesmos, havia respeito e muitas vezes até superação de rusgas. As igrejas, tanto católicas como evangélicas, tiveram grande protagonismo na Jornada: ajudaram no transporte de educandos, bancos, cadeiras, sons, muita das vezes tendo de programar suas atividades adequando-as aos horários dos educandos. Estas iniciativas ajudaram para que não houvesse tanta desistência.

Percebemos que a mobilização não era apenas dos educandos, mas de todas as famílias e amigos, ou melhor da cidade de Santa Filomena, que queria que os índices de analfabetismo não fossem tão altos como eram, mas mais do que isso, demonstravam prazer em poder contribuir com a Jornada, com a mudança da história da cidade.

Ao fim da Jornada era hora de fazer um grande seminário municipal e mostrar a todos os novos alfabetizados. O seminário foi um dos maiores eventos realizados em Filomena, ali haviam antes da Jornada 1.464 pessoas acima de 15 analfabetas, ao final de um ano restavam apenas 594, ou seja, em pouquíssimo tempo os índices de analfabetismo foram revolucionados, saindo de 31,06% para 12,82%. No total, 1.092 educandos/as foram matriculados, destes 937 concluíram o programa, que alfabetizou 870 educandos/as, representando 92,84% de alfabetizados do público total frequente. Os dados falam por si só, a Jornada foi exitosa em Filózinha de açúcar.

Figura 4. Seminário final em Santa Filomena.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Há muito por se fazer ainda por Filomena. A Jornada é um primeiro passo para muitas outras formações e conquistas de direitos. Os componentes da Brigada Salete Moreno tiveram a possibilidade de contribuir com Filomena, de dar coletivamente um passo para a emancipação humana, sabendo que o amor pelo povo, o companheirismo, o espírito de humildade e de sacrifício eram sim a pedagogia mais acertada, que tiveram como exemplo da educação popular, vivenciada em toda sua plenitude em Santa Filomena do Maranhão.

3.2 "Ninguém é tão pequeno que não possa ensinar, e nem tão grande que não possa aprender"

Nos inspirando nesta frase de Cora Coralina, compreendemos que a Jornada pretende ser um processo de alfabetização rumo à emancipação humana de todos os sujeitos nela envolvidos. No entanto, embora a conquista das letras seja um passo importante para tomarmos nossa história em nossas mãos, muitos outros processos que acontecem nesta trajetória podem ser chamados de emancipatórios. Aqui, entremeando as histórias de educandos e educandas, educadores e educadoras, coordenadores e coordenadoras, famílias inteiras, comunidades distantes e a própria vivência da Brigada, abordaremos alguns destes processos que transformaram a vida de quem passou por eles, talvez para sempre.

Para a alfabetização de jovens e adultos o primeiro passo é conscientizá-los que eles podem voltar a estudar e podem aprender a ler e a escrever. Diante de vários processos

vivenciados na vida dos educandos da Jornada de Alfabetização em Santa Filomena do Maranhão, nos deparamos com histórias de pessoas que tiveram uma vida árdua e tinham vontade de estudar, mas foram impossibilitadas, como nos relatou a educanda dona Rita Trindade Ribeiro, quando perguntada sobre sua trajetória escolar:

Ah eu não estudei porque eu não tinha condição, meus pais não tinha condição de botá a gente na escola né? Algum dia no mês que a gente ia pra escola, no dia que eu ia pra escola... “armaria!” eu ia alegre, alegre, alegre mesmo... mas, mas meus pais não tinha condição, mas eu tinha muita vontade de aprender. Naquele tempo não foi possível, meu como já disse não tinha condições, eu tinha que trabalhar pra compra roupa pra mim, compra calçado, compra tudo pra mim porque meus pais não podia me dar. Eu trabalhava de roça, quebrando coco pá vendê, naquele tempo a gente também fiava pá ganhar dinheiro, fiava algodão pá fazer as redes, os laço. Eu fui uma pessoa sofredora, com idade de 10 anos eu já trabalhava na roça apanhado arroz, encoivarando, campinado pá ajudar os meus pais. (Rita Trindade Ribeiro, entrevista cedida em Janeiro de 2018,).

A vivência de dona Rita não se diferencia da maior parte do público da Jornada de Alfabetização, um legado previsível da pobreza produzida pela visível desigualdade social reforçada por um Estado ausente, que nega o acesso a políticas sociais.

Foram muitas histórias vivenciadas na Jornada, composta, na sua grande maioria, por mulheres acima de 38 anos, majoritariamente camponesas, quebradeiras de coco babaçu, algumas filhas, outras netas, que não tiveram a oportunidade de estudar devido a diversos fatores como nos relata uma das educandas mais idosa da Jornada, dona Maria José Santana, do alto dos seus 98 anos:

Não eu não vou dizer que estudei, porque foi só 15 dias, quando eu era gente né? Quando era gente novo, mas aí a véia não deixou mais, a véia, minha mãe, ela não deixô porque era os homis que era pra ir, porque as muié podia querer namorar os homi, mas era besta nera? Marrapá, agora que eu venho aqui por essa turma depois de véia. (, Maria José Santana, entrevista cedida em Janeiro de 2018).

Os traços patriarcais ainda são tão fortes em nossa sociedade, que provocaram e seguem provocando tanta violência, como negar o direito de aprender a ler e escrever por ser mulher. O relato de Dona Maria se entrecruza com o de muitas outras Marias, Raimundas e Antônias de Santa Filomena, que foram profundamente marcadas pela extrema pobreza. A cidade, composta em grande parte por comunidades e povoados rurais, vive da agricultura familiar e do extrativismo de coco babaçu, e muitas mulheres e homens tiveram seu direito à educação negado devido à ausência de políticas públicas que possibilitassem sua escolarização, como nos conta dona Maria do Socorro Sousa Barros:

A minha história é longa, meu amor. Eu fui à escola ainda pequenininha, assim com a idade de sete a oito ano, ai eu já fui mais maiorzinha, mas eu não aprendia nada, porque eu ia pro colégio pra ficar de castigo e apanhar no recreio porque era rude rude... a minha história tu até diz assim, será que essa véia está falando

a verdade? Mais é verdade. (Socorro Sousa Barros, entrevista cedida em Janeiro de 2018,).

No processo de mobilização vivenciado na Jornada, tivemos que recobrar nos educandos sua confiança em si mesmos, fazer com que acreditassem que eram capazes de voltar a estudar. Este não foi um processo fácil, pois já tinham enfrentado tantos empecilhos durante a vida, que muitos achavam que não eram capazes. Segundo a Brigada do município, a maior dificuldade do trabalho era convencer o povo de que era possível aprender a ler e escrever. Seu Vagner educando, proprietário de um posto de gasolina, foi convencido a se matricular, dizia: “coloca meu nome aí, mas eu sei que esse negócio não vai pra frente não, mais eu vou pelo menos uns dois dias pra ver se dá certo mesmo, que já vinheram muitos programas desses por aqui” (Vagner, entrevista cedida em Janeiro de 2018).

Seu Vagner, como era conhecido na cidade, foi um dos mais assíduos em sala de aula, conseguiu se alfabetizar e hoje sabe ler e escrever e como ele diz: “rapaz, eu não acreditava muito não, aí eu fui um dia, dois dias e vi que o negócio era de verdade mesmo. Minha professora é excelente e tem paciência com a gente” (idem).

O desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários fazem parte desse processo, possibilitando que os sujeitos se sintam parte de algo maior. Em Santa Filomena diante de todo o peso de uma vida dura, foi bonito de se ver os processos emancipatórios que aconteciam cotidianamente, em pequenos gestos de paciência de educadoras, de descobertas de educandos. Seu Raimundo José, quando foi perguntado como se sentia por estar participando da Jornada, respondeu sem hesitar:

Nam, eu tava dizendo assim antes de eu entrar (se referindo à Jornada de Alfabetização) assim, eu tinha até vergonha de falar, de tá assim no meio de gente. Eu tinha vergonha, num sabe assim... tá, uma vez o Edésia (se referindo ao coordenador de turma) e ela aí (a educadora) pelejava pra mim me inscrever e eu tinha vergonha... Eu fiquei assim, aí ela pelejou, aí pediram pra mim conversa mais. Assim todo atrapalhado, num sabe? Todo assim, e já hoje eu converso e já tô desenvolvendo muita coisa. Eu gosto da turma, no dia que falta um, os otro fica lembrando. É bom demais menino, tem vez que quero contar coisa do meu tempo e a professora acha interessante também. Nosso colégio é lindo demais, maravilhoso, eu mermo gostei demais. (Raimundo José, entrevista cedida em Janeiro de 2018, , grifos da autora).

No relato do Seu Raimundo é possível perceber que ao trazer sua vida e suas experiências para a sala de aula, o mesmo passa a valorizar sua própria história e experiências ao ponto de romper com a timidez de conversar em público e interagir com os outros educandos, fato vivido por muitos educandos da Jornada. Ter sua história reconhecida é a

possibilidade de ser reconhecido enquanto ser humano, de pegá-la nas próprias mãos e projetar um futuro, agora povoado de letras, de novos horizontes. Este processo de reconhecimento acontecia, muitas vezes, através de pequenos gestos, que aos olhos de quem está acostumado com a fatura podem parecer banais.

Figura 5. Recebimentos de materiais do programa, turma da educadora Maria Nilvania turma da sede de Santa Filomena.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

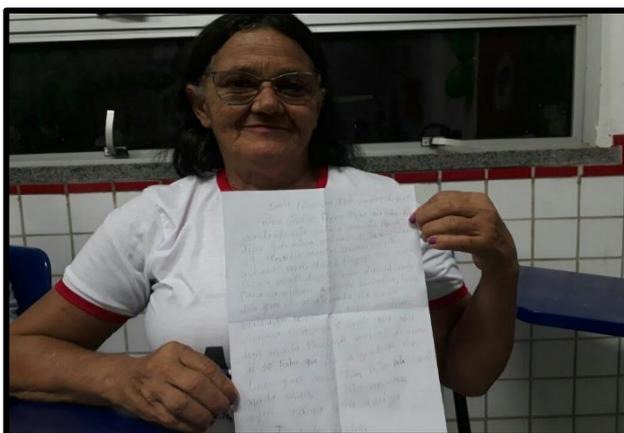
Ao longo do processo vivido na Jornada, muitos deles foram marcantes, mas temos que destacar o quanto foi gratificante a entrega dos materiais (camisetas, mochilas, cadernos, cartilhas, lápis e borracha). Os educandos recebiam os materiais, como quem recebia um precioso presente, diziam alguns deles: “nunca tive a oportunidade de ter nem uma lapiseira e hoje tenho até a bolsa e a farda”. Para muitos que já tiveram a oportunidade de estudar, ter um caderno, um lápis pode parecer banal, pode ser invisível aos seus olhos o significado de ter acesso a materiais, porém para estes educandos, a quem tudo foi negado, eles representavam uma conquista, davam a sensação de que alguém se importava com eles.

Estes educandos se lançaram numa aventura, se propuseram a mudar o curso de toda uma vida, mesmo que com idade muito avançada, tinham o desejo de conhecer e aprender a ler o mundo, um mundo que teve também no analfabetismo a construção de uma desigualdade histórica vivenciada até os dias de hoje. Desta forma, alfabetizar implica num amplo processo de humanização e emancipação, como nos dizem Percassi e Guedes:

A alfabetização em sociedades letradas humaniza porque torna mais compreensível a natureza, a sociedade e o outro. Contribui para a humanização no sentido mais amplo, de ampliação das possibilidades de exercício da expressão e da criatividade artística. Mas também, e não menos importante, para a apropriação e utilização de códigos anteriormente exclusivos das classes dominantes, como armas para enfrentamento das desigualdades e injustiças. (2019, p. 24).

A possibilidade de um novo mundo, um mundo cheio de sonhos e desejos. Muitos queriam aprender a escrever o nome de seus filhos e netos, se libertar de almofadas para o dedão na hora da assinatura, sabendo o que estavam assinando, ou apenas saber ler os versículos da Bíblia... A Jornada foi transformando a vida destas pessoas, conduzindo a um processo de emancipação, guiado pela vontade de aprender e pela recém conquistada confiança de que eram capazes disso.

Figura 6. Escrita da carta de finalização do método Sim, eu posso!, na turma da educadora Edilene.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Figura 7. Entrega de carta a um colega de sala na turma da educadora Francisca.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Os sujeitos de Santa Filomena vivenciaram um grande processo de emancipação humana em vários sentidos, tanto pela aquisição da leitura e da escrita, quanto de sua subjetividade, conquistaram autoestima, estreitaram laços, ampliaram a sua visão de mundo. A imagem acima mostra a primeira leitura das cartas que foram produzidas individualmente, em que um educando escolheu direcioná-la a um companheiro de turma. Nos marcos finais do método *Sim, eu posso!*, onde boa parte dos sujeitos se apropriaram do mundo das letras e

números, a partir da vivência coletiva, muitas cartas foram produzidas, direcionadas aos amigos, aos familiares e às professoras, o fato foi marcado por comemorações em várias turmas do município.

Figura 8. Festa para receber o “diploma” do *Sim, eu posso!* na turma da educadora Maria do Rosário.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Nas turmas, sempre lotadas, cada aluno era lembrado em sua data de aniversário, muitos não sabiam dizer quando tinham nascido, como revela este diálogo com os brigadistas:

- A senhora tem quantos anos?
- Eu não tô bem lembrada, minha fia. Só se olhá no papel. Mas já sou aposentada.
- A senhora nasceu em que ano?
- Novembro.

(Maria, educanda da Jornada, janeiro de 2018).

Resgatar nas fichas de matrículas as datas de aniversário era reconhecer os sujeitos que ali estavam, repor sua história e dignidade, um processo de reconhecimento humano, que na Jornada podia ser visto nas inúmeras turmas de Santa Filomena. Os bolos, as festas criadas para quem nunca teve um aniversário, adquiriam um significado especial e as educadoras relatavam que muitos diziam: “tudo que eu nunca vivi quando criança do tô vivendo depois que vim nessa escola do *Sim, eu posso!*”.

Figura 9. Aniversário dos alunos da Turma Ligeirinha, no Povoado Faveira.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Figura 10. Comemoração do aniversário dos educandos da educadora Carla.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Com esforço e determinação, os educadores comprometidos com a tarefa de alfabetizar tiveram nas mãos a tarefa de fazer o povo acreditar que era capaz, e as formaturas, como muitos chamavam o encerramento das aulas do *Sim, eu posso!* representavam a conquista do seu primeiro de diploma.

Figura 11. Entrega dos “diplomas” na turma da educadora Diana.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Foram muitas as velas apagadas, as comemorações de conquistas no processo da Jornada em Filomena, mas para que isso pudesse acontecer contávamos com um quadro muito competente de educadores, que vestiram a camisa contra o analfabetismo em Santa Filomena. A revolução das letras que aconteceu em Santa Filomena não seria possível sem seus 68 educadores e 10 coordenadores. A tarefa já era desafiadora por si só e ainda apareceram outras inúmeras dificuldades. Enfrentaram atrasos no pagamento das bolsas, que chegou a 3 meses, a falta dos prometidos óculos, que tanto ajudariam no processo de aprendizagem, mas não desanimaram, pelo contrário, se desdobram em cumprir a tarefa com muito compromisso, tendo a Brigada Salete Moreno ao seu lado.

Este foi um processo de emancipação coletiva, não só os educandos se transformaram, educadores e coordenadores que se envolveram com a Jornada, e mesmos os brigadistas se sentiram parte de uma aprendizagem coletiva e puderam entender que a educação deve ir para além da mera transmissão de conteúdos, trata-se de troca de saberes. Esta é a concepção que norteia a práxis educativa da Jornada, orientada pelo MST e com inspiração no mestre Paulo Freire que afirma que: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo" (1998, p. 68).

A grande maioria dos educadores vivia nos mesmos locais onde haviam as turmas, eram vizinhos dos educandos, que muitas vezes os tinha visto crescer. Residiam na comunidade e conheciam cada pedacinho dali, sabiam quem era e quem não era analfabeto, conheciam sua rotina, o que contribuía para o fortalecimento da identidade entre eles, como relata a educadora Maria do Rosário (entrevista cedida em Janeiro de 2018): “ah, tem dia que

a gente tá até desanimada, mas aí eu olho os meus alunos com tantas dificuldades, depois de passar o dia na roça, na lavoura e à noite tão todos lá, no horário, marcado”.

Identificados pela história de vida comunitária que partilhavam, pelas alegrias e tristezas, os laços entre educandos e educadores ao se fortalecerem fortaleciam também o ato educativo, a vontade de que todos ali saíssem alfabetizados, e o falecimento de alguns educandos deixou um vazio na sala, como lembra a educadora Salvelina (entrevista cedida em Janeiro de 2018):

A gente se apega, se afeiçoa pelas pessoas e vira uma família. Foi muito triste depois do falecimento do meu aluno, eu olho pro cantinho que ele sempre sentava e já fico triste, a vida foi difícil pra eles... eu vou ensinar todos a lerem, que era isso que ele queria, aprender a ler e escrever. A turma Ligeirinha está triste, estamos de luto.

Com o passar dos meses eram perceptíveis as mudanças que ocorreram no cotidiano daquelas comunidades. No finalzinho tardes começava uma grande movimentação, grupos de jovens, adultos e idosos indo em procissão para as salas de aula, todos fardados, mesmo de um dia cansativo estava disposto a irem às suas respectivas salas. A sede e os povoados foram ganhando uma nova dinâmica de vida, se agitavam ao final da tarde e o *Sim, eu posso!* estava na boca do povo, ainda mais quando começaram a ser feitas atividades comunitárias.

As sessões de cinema eram feitas em mutirão, quando não aconteciam nas escolas. Cada um trazia as cadeiras de casa, as pipocas, os sucos da fruta do quintal, muita manga e caju da época... ficavam sentadinhos, calados e quando filme ou documentário causava indignação, eles ficavam inquietos com aquelas cenas. As partes alegres eram motivo de tanto riso que alguns até choravam de sorrir. Depois abríamos para o debate e tínhamos que controlar as inscrições para garantir que todos pudessem falar o que acharam do filme. Sentimos a diferença depois de algumas atividades, pois elas e eles já não tinham vergonha de se expressar, falavam com firmeza, sem medo de errar ou gaguejar. Os educadores ou coordenadores que viam isso acontecer ficavam com os olhos cheios de água, orgulhosos dos seus alunos.

Figura 12. Cinema da Terra no Povoado Faveira.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Não faltaram atividades que fizessem com que o povo se reunisse, afinal a alfabetização dos filomenenses se tornou um interesse coletivo, mas para além disso, as atividades da Jornada passaram a cumprir um outro papel na vida das comunidades. A comunidade participativa em peso de todos os atos, as aulas viravam espaço comunitário. Muitos diziam que com estas atividades reviam vizinhos, compadres, que a vida da labuta diária muitas vezes afastava.

No município houveram momentos que as turmas se encontravam com a comunidade em geral, com os Forrós do *Sim, eu posso!*, esse forró era aguardado e falado por todas comunidades. Lembramos que nas reuniões de planejamento os educadores expressavam a preocupação com os espaços, os coordenadores diziam: “ah, não pode ser em um lugar pequeno não, porque todo mundo vai querer ir”. Aí é que percebíamos a proporção que o forró tinha tomado proporção, aliás, não era só o forró, tinha poesia, as músicas tocadas por Marquinhos Monteiro nas formações e em atividades comunitárias. Eram músicas que eles lembravam da infância, mas não sabiam quem cantava. Diziam que era música boa, pois a maioria das músicas tocadas era de Alceu Valença, Luís Gonzaga, João do Vale e composições do próprio Marquinhos, que também era brigadista da Jornada. Era bonito de ver a comunidade presente e se divertindo.

Figura 13. Formação de educadores para os Círculos de Cultura, com Marquinhos Monteiro.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Houve também a Feira de Cultura do *Sim eu posso!*, um dos momentos que a comunidade tivemos a oportunidade de conhecer melhor as turmas. Os educandos fizeram contação de história, resgatando a história do município de Santa Filomena. Os mais novos se encantavam e davam gargalhadas com os mais velhos, além disso, era nítido ver como a comunidade passou a se interessar por outros processos, pois quando se referiam a projetos para comunidade todos ficavam atentos, se tornando mais próximos uns dos outros. A cobrança pelo atraso dos óculos foi um exemplo de como a comunidade havia mudado sua compreensão sobre o acesso a direitos, foi uma cobrança comunitária, que envolveu coordenadores, educadores, educandos e até as lideranças religiosas do município, num verdadeiro movimento reivindicatório.

Figura 14. Feira Cultural do Sim, eu posso!.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Muitos foram os momentos emancipatórios vivenciados nos meses em que aconteceu a Jornada no município de Santa Filomena. Foi uma experiência riquíssima, se formos somar em valores financeiros seria a maior riqueza deste mundo. A saudade toma conta de cada um que se banhou nessa experiência, ainda há muito a contar e, além disso, ainda há muito para fazer acontecer. Filó de açúcar necessita de um olhar amoroso, o mesmo com que os filomenenses olham para os que chegam trazendo o bem.

CONCLUSÃO

“A Educação será libertadora na medida em que incentivar a reflexão e ação consciente e criativa das classes oprimidas em relação ao seu próprio processo de libertação” (FREIRE, 1986, p.20).

Recuperar a experiência da Jornada de Alfabetização do Maranhão no município de Santa Filomena, não faria sentido se não pudéssemos nos distanciar minimamente deste processo para podermos apontar os limites e possibilidades que despontam desta experiência. Pensamos que somente assim poderemos contribuir para apontar os desafios inerentes a uma próxima fase, ou tirarmos lições para que esta experiência, ao ser replicada em outros lugares, dê os saltos qualitativos necessários e reforce determinadas práticas que avaliamos como pilares fundamentais da *práxis* pedagógica desenvolvida pela Jornada.

Um dos principais limites encontrados para o desenvolvimento do trabalho foram os atrasos, este foi um dos maiores condicionantes do processo, pois houveram atrasos para o início das aulas, nas ações oftalmológicas, na entrega de materiais, na liberação de recurso para a realização de atividades, que acarretaram também em atrasos nos pagamentos de bolsas de educadores e coordenadores de turma, que ficaram sem receber por três meses.

Os primeiros atrasos ocorreram logo no início da Jornada, com a falta de recursos e materiais para a realização das formações iniciais de educadores e coordenadores. A avaliação da Coordenação Pedagógica da Jornada era de que deveríamos seguir com o cronograma de atividades, fazendo a formação com o apoio de aliados, o que aconteceu, embora prejudicasse em alguma medida sua qualidade, por falta de infraestrutura adequada.

A falta de materiais também acabou interferindo no início das aulas. Estas deveriam ter início em agosto de 2017, porém, materiais essenciais para o trabalho, como: televisores, pen drives, quadros, kits dos alunos (caderno, bolsa, camiseta, lápis e a cartilha do *Sim eu posso!*), chegaram apenas no meio do mês de setembro, fazendo com que as aulas só tivessem início no final deste mês.

O atraso no pagamento as bolsas de educadores e coordenadores de turmas também foi fator limitante do processo, pois causou insegurança e tensões desnecessárias no coletivo. Muitos dos profissionais tinham na bolsa sua única fonte de renda, ou esta compunha o orçamento familiar de forma significativa e os atrasos interferiam na sobrevivência de

famílias inteiras. Ainda no caso dos coordenadores, o atraso também se estendia às diárias que recebiam para o acompanhamento das turmas, recurso que era usado para deslocamento para as visitas, mas que também supria necessidades dos Núcleos de Turmas, principalmente nas atividades comunitárias. Apesar de termos um coletivo muito comprometido, que não deixava que esta tensão transparecesse no ambiente educativo, a desmotivação era visível nos rostos, quando nos reuníamos.

Contudo, o atraso que teve maior impacto no desenvolvimento da Jornada foi o das ações oftalmológicas. Em nosso cronograma, os educandos que necessitassem de óculos deveriam estar de posse deles até no máximo o primeiro mês de aulas, mas somente tiveram acesso a eles no último mês, após quase 7 meses. As triagens oftalmológicas, realizadas no período previsto, em parceria com a Força Estadual de Saúde, indicavam um alto percentual de educandos com baixa visão, o que era visto a olho nu durante as aulas. Mas as consultas e posteriormente a entrega dos óculos se arrastou por meses a fio, dificultando a aprendizagem dos educandos.

A presença dos educandos em sala de aula estava sendo dificultosa pela falta de óculos e em ambiente noturno torna-se ainda maior a dificuldade em conseguir enxergar as letras e números. Os educadores buscavam desenvolver estratégias para sanar o problema, como o uso de lanterna pequena para que pudessem ver melhor as letras, a criação de um ambiente motivacional e lúdico, mas, mesmo assim, este fator causou um processo de evasão massiva. Isso se agravou no período da chuva, com a frequente falta de luz na maioria das comunidades e povoados, impedindo o uso dos equipamentos, e com as ruas enlameadas, que dificultavam a chegada dos idosos às aulas. Estes fatores limitantes poderiam, na grande maioria das vezes, terem sido evitados com ajustes administrativos e de articulação entre as secretarias governamentais responsáveis pela gestão do programa.

Outro limite encontrado pela Jornada foi fazer com que o povo acreditasse na mesma. Logo vimos que teríamos que enfrentar dois desafios, convencer o povo de que era possível se alfabetizar e, ao mesmo tempo, convencê-lo de que desta vez tratava-se de uma política séria, comprometida com a alfabetização da população. A população estava convencida que a Jornada iria ser como outros programas de alfabetização que passaram pelo município, programas fantasmas, que inscreviam educandos em aulas que jamais aconteciam, mas que apareciam nas estatísticas como realizadas, causado tamanha descrença em programas desta natureza.

Muitas outras dificuldades foram enfrentadas, como falta de infraestrutura local para aulas, povoados de difícil acesso, dificuldades para a mobilização e manutenção dos

educandos em sala, mas todos estes fatores eram esperados pela Brigada de Alfabetização, que criou inúmeras estratégias para seu enfrentamento, resultando em belos frutos produzidos pela Jornada. O processo da Jornada de Alfabetização do Maranhão apontou um conjunto de potencialidades desta experiência, aqui optamos por ressaltar algumas: a formação de educadores e coordenadores de turmas, a formação dos educandos e os vínculos entre a educação popular e movimento social na condução do programa.

A Jornada em Santa Filomena possibilitou mais do que a diminuição do número de analfabetos, suas ações transformaram mais do que estatísticas, transformaram vidas. Os educandos que dela participaram, em sua grande maioria, aprenderam a ler e escrever, mas mais do que isso puderam construir uma outra sensibilidade, outra forma de enxergar o mundo. Muitos expressavam abertamente a vontade de que mesma não acabasse e se sentiram encorajados a continuar estudando, deixado para trás a ideia de que “papagaio véio não aprende mais falar”, substituindo por papagaio véio aprende a falar, escrever, ler, contar e, por que não, cantar. Sentiam que podiam, sim, construir uma nova história.

Os educadores e coordenadores também foram transformados por este processo. Logo nas primeiras formações sobre o método *Sim, eu posso!* muitos educadores, e até mesmo coordenadores, tiveram resistência às metodologias propostas. Acharam que não iria dar certo, duvidado até que este poderia levar a resultados positivos. Porém, ao longo do processo, com a formação, os Plantões Pedagógicos, reuniões e a prática em sala de aula, perceberam que os educandos aprendiam com maior facilidade, associando letras e números, a partir da palavra integradora. Este processo fez com muitos educadores revissem sua prática pedagógica e outros se descobrissem como educadores, agora inundados pela educação popular e por um amor incondicional ao povo e ao compromisso de alfabetizá-lo.

Pudemos perceber que as pessoas que participaram da Jornada, direta e indiretamente, se transformaram, passaram a viver diariamente na coletividade, não somente nos horários das aulas, mas também nos finais de semana. Um encantamento com a redescoberta da sua própria comunidade, uma reconciliação com sua história. Podíamos perceber que ali se tratava de um processo de formação humana em suas diversas dimensões.

Dentre elas, a educação popular foi sentida e vivenciada por esse povo, em cada mutirão estavam os educadores, dedicados a educar, sentir a lágrima correr quando um aluno aprendia escrever e ler o nome, sentido na pele a conquista da escrita do educando, que foi uma conquista de todos da turma.

O avanço foi na sensibilidade, nos sorrisos, nos abraços sinceros, nas histórias de vida sendo expostas e sentidas pela turma. Compromisso sentido quando ocorreram os atrasos de

bolsas, que não era muito se fôssemos contabilizar em termos financeiros, mas que fazia falta a estes educadores, mas que mesmo passando dificuldades não desistiram, mesmo quando faltava a gasolina para os coordenadores chegarem as turmas, e muitas outras coisas, como o giz ou o recurso para fazer um bolo para o lanche.

Pensamos que o fato de a coordenação do programa ser feita por um movimento popular contribuiu para todo este engajamento. Todos sabiam que a brigada que ali estava não era representante do governo, que se ali estava, se dedicando dia após dia à Jornada, o fazia por compromisso com o povo, porque acreditava que através da alfabetização poderia mudar a realidade local e do país. Esta convicção inspirava educadores e coordenadores, que seguiam firmes em sua tarefa.

Porém, a Jornada ainda tem grande desafios pela frente, um deles é fazer com que o povo continue organizado em busca de seus direitos. Para isso, seria preciso criar instrumentos de organização popular para que mesmo após o término da Jornada o povo continue organizado, fazendo com que essa sociabilidade não se perca. Que instrumentos dariam conta de fazer com que o povo se mantenha organizado na luta por direitos? Que permaneça mobilizado no desejo de estudar, lutando por acesso e condições que garantam sua permanência na escola, consciente de seus direitos? Estas são perguntas que ainda precisam ser respondidas pelas próximas fases do programa.

O processo de tomada de consciência não é linear, ele avança e recua, conforme a conjuntura e a forma com que ela é vivenciada pelos sujeitos. A alfabetização é um dos primeiros passos para a tomada de consciência. É necessário que ela seja alimentada pela coletividade, entendendo que a educação é transformadora, os vínculos conquistados pelas comunidades, através da Jornada, precisam permanecer ativos, como motor mobilizador de outros processos de escolarização e luta.

Buscando juntos aos municípios as estratégias para que os educandos sigam estudando, para que a educação chegue a todos os povoados e comunidades, uma educação que possa possibilitar a vivência de processos emancipatórios. Talvez esse seja um dos grandes desafios a que nos propomos. Oxalá, possamos cumpri-lo!

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Lenilde; LIMA, Joaquim; PEREIRA, Simone. Formação de educadoras e educadores como instrumento de emancipação e identidade de classe na Jornada de Alfabetização do Maranhão. In: **Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019.

BERNAT, Isaac. Maranhão e o desafio da alfabetização. In: **Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019.

BONDÍA, Jorge L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira Educação, nº 19, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **O Plano MAIS IDH**, do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão. UNICS, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325/2491>>. Acesso em: 24 set. 2015.

CALDART, Roseli (Org.). **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento do Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CÉSAR, M. R.; ARAÚJO, J. I. Um encontro na história de emancipação: Sim, eu posso! e Círculos de Cultura. In: **Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. FUNDAJ, 1997. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DINO, Flávio. **Um comunista e a identidade política nordestina**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/um-comunista-e-a-identidade-politica-nordestina/>>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

FALKEMBACH, Elza M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e Educação**. Universidade de Ijuí. Ano 2. Nº7, julho/set 1987, p 19-24.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C.R. (Org). **Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Cartas a Cristina**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Fábio. A organização das turmas e o processo de mobilização. In: **Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUEDES, Lizandra; PINHEIRO, Inês; BATISTA, Ronaldo. Do que podem nos dizer os números da primeira fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão. In: **Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Diagnóstico Preliminar – Plano de Ação Mais IDH**. 2015. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br/index.php/publicacoes/132/view/74/Relat%C3%B3rios%20T%C3%A9cnicos/93/plano-de-acao-mais-idh-diagnostico-preliminar>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

LOPES, M. D.; VARGAS, M. C. Do limite do possível ao inédito em construção: experiência das brigadas de alfabetização no MST. In: **Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019.

MARANHÃO. **Decreto n.º. 30.612**, de 02-01-2015. Institui o Plano de Ações Mais IDH e seu respectivo Comitê Gestor e dá outras providências. Governo do Estado do Maranhão, 2015. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3768>>. Acessado em: 04 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de diretrizes e base da educação de 1996**. MEC, 2018. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 13.abril. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Princípios da educação no MST. In: **Dossiê MST – Escola**. Porto Alegre: Setor de Educação do MST, 2005.

_____. **Relatório final da 1ª fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão – 2016/2017**. São Luís, 2017. (mimeo).

_____. **Relatório final da 2ª fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão – 2017/2018**. São Luís, 2018. (mimeo).

MST; SEDUC. **Caderno do Educador: *Sim, eu posso!*** São Luís: SEDUC, 2016.

MST; SEDUC. **Caderno do Educador: Círculos de Cultura**. São Luís: SEDUC, 2017.

PELOSO, Ranulfo (org.). **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelo CEPIS. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PERCASSI, Jade; GUEDES, Lizandra. Alfabetização e emancipação humana: do pão à poesia. In: **Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Atlas Brasil, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.Org.br/2013/>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

RIBEIRO, Beatriz Maria de Figueiredo. **Aqui não tem esse negócio de herança**. Hoje eu quero uma terra pra mim! Relações intergeracionais na luta camponesa. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.

RODRIGUES, Véléz. **Universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, diz ministro da Educação**. Revista Fórum, 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/universidades-devem-ficar-reservadas-para-uma-elite-intelectual-diz-ministro-da-educacao/>>. Acesso em: 08 de abril. 2018.

SIPRA/INCRA. **Números da reforma agrária**. INCRA, Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 10 fev. 2018.